

Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3



11 26

Alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento.

Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Ademais, os valores indicados como variações percentuais em alguns quadros podem não ser a aplicação aritmética que os precedem.

Sumário

1. Apresentação do Relatório	6
1.1. Principais Indicadores	7
1.2. Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais	8
2. Gerenciamento de Riscos	9
2.1. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição	9
2.1.1. Escopo do Gerenciamento de Riscos	9
2.1.2. Declaração de Apetite a Riscos (RAS)	10
2.1.3. Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos	11
3. Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital	13
3.1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital	13
3.2. Programa de Testes de Estresse	14
3.3. Plano de Recuperação e Saída Organizada	14
3.4. Gerenciamento de Capital	15
3.4.1. Processo Corporativo de Gerenciamento de Capital	15
3.5. Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	15
4. Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais	17
5. Composição do Capital	19
5.1. Patrimônio de Referência (PR)	19
6. Indicadores Macroprudenciais	20
7. Razão de Alavancagem (RA)	21
8. Risco de Liquidez	23
8.1. Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez	23
8.1.1. Controle e Acompanhamento	24
8.1.2. Mitigação do Risco de Liquidez	24
8.1.3. Testes de Estresse	25
8.1.4. Plano de Contingência	25
8.1.5. Comunicação Interna	25
8.2. Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR – <i>Liquidity Coverage Ratio</i>)	26
8.3. Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR – <i>Net Stable Funding Ratio</i>)	28
9. Risco de Crédito	30
9.1. Concessão de Crédito	30
9.2. Classificação do Risco de Crédito	31
9.3. Processo de Gerenciamento do Risco de Crédito	32
9.4. Mitigação do Risco de Crédito	32
9.5. Controle e Acompanhamento	33
9.6. Comunicação Interna	33
9.7. Detalhamento das Exposições de Risco de Crédito	33
9.8. Detalhamento das Exposições de Mitigação do Risco de Crédito	37
10. Risco de Crédito de Contraparte	42
10.1. Detalhamento das Exposição de Risco de Crédito de Contraparte	42

Sumário

11. Exposições de Securitização	46
11.1. Detalhamento das Exposições de Securitização	47
12. Risco de Mercado	49
12.1. Estratégias utilizadas no Gerenciamento do Risco de Mercado	49
12.1.1. Definição de Limites	49
12.1.2. Modelos de Mensuração do Risco de Mercado	50
12.1.3. <i>Hedge</i> e Utilização de Derivativos	50
12.2. Processo de Gerenciamento do Risco de Mercado	51
12.2.1. Controle e Acompanhamento	52
12.2.2. Comunicação Interna	52
12.3. Principais Características dos Modelos Utilizados	52
12.3.1. Value at Risk - VaR	52
12.3.2. VaR Estressado – sVaR	53
12.3.3. VaR Modelo Interno – Backtesting	53
12.3.4. Modelos – Utilização no Conglomerado Prudencial	53
12.3.5. Diferenças entre Modelo Gerencial e Modelo Regulatório	53
12.3.6. Volatilidade, Correlação e Retorno	54
12.3.7. Apreçamento de Instrumentos Financeiros	54
12.4. Detalhamento das Exposições de Risco de Mercado	55
13. Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)	59
13.1. Processo de Gerenciamento do IRRBB	59
13.1.1. Métricas de Cálculo	59
13.1.2. Cenários de Choque e Estresse	60
13.1.3. Mensuração do IRRBB	60
13.1.4. <i>Hedge</i> e Utilização de Derivativos	61
13.2. Detalhamento IRRBB	61
14. Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos	62
15. Risco de Modelo	63
16. Risco Operacional	64
16.1. Processo de Gerenciamento do Risco Operacional	64
16.2. Metodologia de Mensuração do Risco Operacional	64
16.3. Controle e Acompanhamento	65
16.4. Comunicação Interna	65
16.5. Estratégias de mitigação do Risco Operacional	65
16.6. Detalhamento das Exposições de Risco Operacional	66
17. Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)	67
18. Gestão de Crises Corporativa	68
19. Risco de Estratégia	69
20. Risco de Contágio	70

Sumário

21. Risco de Segurança Cibernética	71
22. Risco de Inteligência Artificial	73
23. Risco de Compliance	74
24. Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos	75
I. Anexos	76
II. Glossário	77

1. Apresentação do Relatório

Este Relatório atende às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (Pilar 3 – Disciplina de Mercado) e às determinações do Banco Central do Brasil (BCB) requeridas através da Resolução nº 54/20. O Relatório busca proporcionar às partes interessadas o acesso às informações do gerenciamento de riscos da Organização Bradesco (“Organização”), apresentando de forma detalhada as suas práticas e controles dos principais riscos aos quais está exposta, permitindo aos agentes de mercado, inclusive, avaliarem a adequação do capital.

A Organização acredita que o gerenciamento de riscos é imprescindível para possibilitar a estabilidade das instituições financeiras a longo prazo e que a postura de transparência na divulgação de informações referentes a esta atividade fortalece a Cultura de Riscos da Organização, contribuindo para a solidez do Sistema Financeiro Nacional e a sociedade em geral. Como consequência do processo de aperfeiçoamento contínuo e melhores práticas no gerenciamento de riscos, a Organização foi a primeira instituição financeira¹ no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado, que já eram utilizados na sua gestão, para apuração do capital regulamentar.

Recomenda-se a leitura deste Relatório em conjunto com outros documentos divulgados pela Organização, tais como o Relatório de Análise Econômica e Financeira, as Demonstrações Contábeis Consolidadas e os Anexos indicados no presente documento que apresentam informações adicionais sobre as atividades da Organização. Para mais detalhes, acesse o nosso site de Relações com Investidores em www.bradescori.com.br.

¹ Conforme documento do BIS “Regulatory Consistency Assessment Programme (RCAP) – Assessment of Basel III regulations in Brazil” de dezembro de 2013.

Apresentação do Relatório

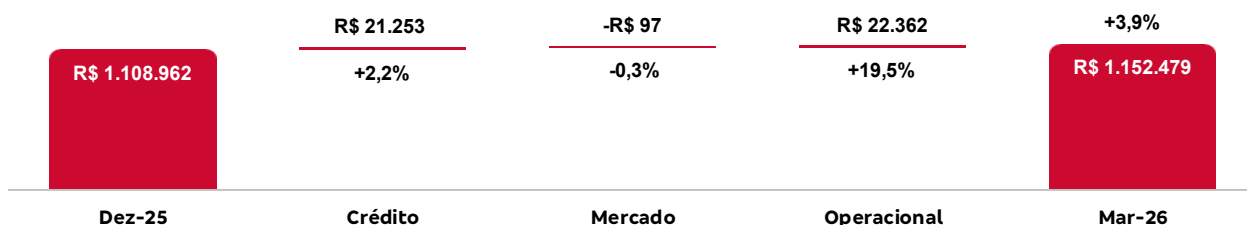
1.1. Principais Indicadores

A Organização exerce a gestão de riscos e capital alinhada às diretrizes estratégicas, envolvendo as áreas de controle e negócios, conforme orientações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e suportar os riscos inerentes às suas atividades.

Apresentamos, a seguir, os principais indicadores da Organização, apurados sob a ótica do Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia 14,9% -0,9 p.p. no trimestre 4T25: 15,8%	Índice de Nível I 12,0% -1,2 p.p. no trimestre 4T25: 13,2%	Índice de Capital Principal 10,2% -1,0 p.p. no trimestre 4T25: 11,2%	Razão de Alavancagem 6,3% -0,5 p.p. no trimestre 4T25: 6,8%
RWA Total¹ R\$ 1.152.479 +3,9% no trimestre 4T25: R\$ 1.108.962	RWA Risco de Crédito¹ R\$ 985.898 +2,2% no trimestre 4T25: R\$ 964.645	RWA Risco de Mercado¹ R\$ 29.462 -0,3% no trimestre 4T25: R\$ 29.559	RWA Risco Operacional¹ R\$ 137.119 +19,5% no trimestre 4T25: R\$ 114.757
	LCR 161,6% +3,3 p.p. no trimestre 4T25: 158,3%	NSFR 122,1% -0,7 p.p. no trimestre 4T25: 122,8%	

Evolução Trimestral do RWA¹



Os requerimentos regulamentares mínimos determinados pelo Banco Central do Brasil são elencados a seguir:

Índice de Basileia² 11,50% a partir de abril/2022	Índice de Nível I² 9,50% a partir de abril/2022	Índice de Capital Principal² 8,00% a partir de abril/2022
Razão de Alavancagem³ 3,0% a partir de janeiro/2018	LCR⁴ 100% a partir de janeiro/2019	NSFR⁵ 100% a partir de outubro/2018

¹ Valores expressos em milhões de reais.

² O Índice de Basileia, o Índice de Nível I e o Índice de Capital Principal consideram os Adicionais de Capital Principal (ACPs) Conservação, Sistemico e Contracíclico, conforme a Resolução CMN nº 4.958/21 e Circulares BCB nº 3.768/15 e 3.769/15, respectivamente.

³ O requerimento mínimo para Razão de Alavancagem foi definido pela Resolução CMN 4.615/17.

⁴ O requerimento mínimo do LCR foi definido pela Resolução CMN 4.401/15.

⁵ O requerimento mínimo do NSFR foi definido pela Resolução CMN 4.616/17.

1.2. Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais

As instituições financeiras sediadas no Brasil calculam suas exigências de capital em base consolidada com as instituições integrantes de seu Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar, razão de alavancagem e os indicadores de liquidez.

Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais (KM1)

R\$ milhões	a	b	c	d	e
	Mar-26	Dez-25	Set-25	Jun-25	Mar-25
\\ Capital regulamentar - valores					
1 Capital Principal	117.010	124.320	121.616	116.302	114.757
1a Capital Principal corresponde à linha 1 deduzido, conf. aplicável, o valor estabelecido pela Res. CMN 4.955/21 ou Res. BCB 199/22	115.251	121.682	118.978	113.664	112.119
2 Nível I	137.988	145.844	142.578	136.588	134.814
2a Nível I considerando a apuração do Capital Principal conf. linha 1a	136.229	143.206	139.940	133.950	132.176
3 Patrimônio de Referência - PR	171.771	174.969	169.228	162.761	160.025
3a Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conf. linha 1a	170.012	172.331	166.590	160.123	157.387
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3b1 Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conf. linha 3a	-	-	-	-	-
3c Destaque do PR	-	-	-	-	-
\\ Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores					
4 RWA total	1.152.479	1.108.962	1.067.379	1.048.936	1.035.931
4b RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conf. aplicável, Res. 229/22	1.150.984	1.106.720	1.065.137	1.046.694	1.033.689
\\ Capital regulamentar como proporção do RWA					
5 Índice de Capital Principal - ICP	10,2%	11,2%	11,4%	11,1%	11,1%
5a Índice de Capital Principal - ICP, considerando: Num. 1a, Den. 4b	10,0%	11,0%	11,2%	10,9%	10,8%
6 Índice de Nível 1	12,0%	13,2%	13,4%	13,0%	13,0%
6a Índice de Nível 1, considerando: Num. 2a, Den. 4b	11,8%	12,9%	13,1%	12,8%	12,8%
7 Índice de Basileia	14,9%	15,8%	15,9%	15,5%	15,4%
7a Índice de Basileia, considerando: Num. 3a, Den. 4b	14,8%	15,6%	15,6%	15,3%	15,2%
\\ Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
8 Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP ^{Conservação}	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
9 Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP ^{Contracíclico}	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
10 Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP ^{Sistêmico}	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
11 ACP total ⁽¹⁾	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
12 Margem excedente de Capital Principal	2,2%	3,2%	3,4%	3,1%	3,1%
12a Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conf. linha 1a	2,2%	3,2%	3,4%	3,1%	3,1%
\\ Razão de Alavancagem (RA)					
13 Exposição total	2.193.616	2.141.573	2.019.475	1.959.355	1.922.073
13a Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo conf. Res. 229/22	2.192.121	2.139.331	2.017.233	1.957.113	1.919.831
14 RA	6,3%	6,8%	7,1%	7,0%	7,0%
14a Razão de Alavancagem, considerando: Num. 2a, Den. 13a	6,2%	6,7%	6,9%	6,8%	7,0%
\\ Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)					
15 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	256.038	253.256	223.244	200.609	184.190
16 Total de saídas líquidas de caixa	158.407	160.034	146.257	135.404	135.671
17 LCR	161,6%	158,3%	152,6%	148,2%	135,8%
\\ Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)					
18 Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.136.432	1.136.033	1.074.577	1.044.760	1.000.314
19 Recursos estáveis requeridos (RSF)	930.588	925.370	885.449	857.419	841.750
20 NSFR	122,1%	122,8%	121,4%	121,8%	118,8%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

Comentário

Os índices acima não contemplam a consolidação dos negócios de Saúde (Brdsaúde).

2. Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

2.1. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição

2.1.1. Escopo do Gerenciamento de Riscos

Gerenciar riscos é uma das prioridades da Organização e, para tanto, os procedimentos estabelecidos são baseados nas melhores práticas de mercado e aculturação contínuo, de forma a manter os riscos em níveis aceitáveis.

Este gerenciamento permite o atingimento dos objetivos estratégicos, perenidade dos negócios, tempestividade e eficácia na decisão de alocação de recursos, além de preparar a Organização para enfrentar mudanças repentinas no cenário econômico, regulatório ou tecnológico.

O escopo do gerenciamento de riscos da Organização alcança a mais ampla visão, permitindo que os riscos do Consolidado Econômico-Financeiro² sejam suportados pelo Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos (Capítulo 2.1.3). Os principais riscos acompanhados pela Organização são: solvência, liquidez, crédito, mercado, social, ambiental, climático, modelo, operacional, estratégia, contágio, segurança cibernética, inteligência artificial, compliance e reputacional, cujos detalhamentos constam nas seções específicas.

Adicionalmente, considerando o ambiente de negócios, a Organização acompanha constantemente riscos macroeconômicos que possam trazer impactos adversos às suas exposições, conforme relacionado a seguir. Esses riscos são avaliados por meio de processos consistentes e uma sólida estrutura de governança:

- **Riscos geopolíticos:** a escalada de conflitos regionais, a adoção de políticas comerciais protecionistas pelos países desenvolvidos, incluindo sanções não comerciais, podem levar a desequilíbrios na oferta e demanda global de bens e serviços e forte aversão ao risco nos mercados mundiais. Com impactos negativos relevantes sobre a inflação, o crescimento da economia mundial e deterioração dos preços de ativos;
- **Incertezas sobre a política econômica e monetária:** ruídos políticos e eleitorais, incertezas quanto ao cumprimento das metas fiscais, dúvidas sobre o tamanho do ajuste da política monetária, a política parafiscal e uma eventual resposta do Governo Federal à perda de fôlego da atividade econômica são temas que podem refletir na confiança dos agentes econômicos;
- **Incerteza sobre o crescimento econômico mundial:** dúvidas com a duração do conflito no Irã e seus impactos sobre o fornecimento de combustíveis e fertilizantes, incerteza permanente sobre a política econômica norte-americana, riscos à estabilidade financeira global decorrentes da

² Inclui o escopo regulamentar do Conglomerado Prudencial e demais empresas do Consolidado.

sobrevalorização dos ativos de tecnologia e eventual elevação dos juros em algumas economias desenvolvidas podem colocar em xeque o desempenho da economia mundial.

2.1.2. Declaração de Apetite a Riscos (RAS)

O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. A Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS) é um importante instrumento para reforçar a disseminação da cultura de risco da Organização.

A Declaração de Apetite a Riscos é revisada no mínimo anualmente³, pelo Conselho de Administração, sendo o apetite a riscos monitorado em consonância com a periodicidade dos indicadores, permitindo a revisão das exposições aos riscos, sempre que necessário por fóruns da Alta Administração e áreas de negócio e controle.

O acompanhamento do apetite se dá por meio de monitoramento dos indicadores estabelecidos, através de processos efetivos de controles, em que os gestores são informados quanto às exposições a riscos e a respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é realizado por meio de sistema de alertas, o que facilita a comunicação e destaca as eventuais exceções, que requerem medidas de adequação, permeando todas as esferas da Organização, apoiando a Alta Administração na avaliação se os resultados estão coesos com o apetite a riscos.

Dimensões do Apetite a Riscos

Solvência: a Organização busca manter, permanentemente, uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos mensuráveis incorridos (em situações normais ou de estresse), bem como suportar eventuais perdas oriundas de riscos que não alocam capital e viabilizar possíveis aquisições estratégicas.

Liquidez: a Organização visa ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações por meio de fontes de captações pulverizadas e de baixo custo, para garantir uma estrutura de caixa compatível com o porte das suas obrigações, assegurando a sobrevivência mesmo em cenários adversos, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Rentabilidade: a Organização zela pelo crescimento sustentável de seus negócios e resultados e pela adequada remuneração do seu capital, buscando atender à expectativa de remuneração de seus acionistas em relação aos riscos assumidos em seus negócios.

Crédito: a Organização direciona seu foco para clientes domésticos, de forma diversificada e pulverizada, tanto em termos de produtos como de segmentos, primando pela segurança e qualidade do portfólio, com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos e mantendo níveis de provisões e de concentrações adequados.

Mercado: a Organização visa alinhar as exposições às diretrizes estratégicas, com limites específicos estabelecidos, devido à possibilidade de perda financeira por conta da oscilação de preços e taxas dos instrumentos financeiros, visto que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

³ O Comitê de Riscos, em relação a RAS, tem as seguintes atribuições: a) avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e b) supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS.

Gerenciamento de Riscos

Operacional: a Organização pode incorrer em perdas operacionais resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, em função da ampla gama de produtos e serviços oferecidos, bem como o expressivo volume de atividades e operações realizadas.

Segurança Cibernética: a Organização atua para que os ativos e infraestrutura crítica de TI tenham sua segurança protegida e sejam capazes de resistir a ocorrências cibernéticas, como ataques, intrusões e vazamentos de dados.

Reputação: a Organização monitora sua reputação perante clientes, funcionários, órgão regulador, investidores e mercado em geral, visando assegurar a tempestiva identificação e avaliação de fontes potenciais deste risco e agir de forma preventiva para a sua mitigação.

Modelo: a Organização utiliza modelos para apoio na tomada de decisões, elaboração de relatórios financeiros/regulatórios e para fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio.

Riscos Qualitativos: além dos riscos acima descritos, a Organização está exposta aos riscos de Contágio, Estratégia, Social, Ambiental e Climático, Inteligência Artificial, *Compliance* e Subscrição. Esses riscos são gerenciados por meio de processos robustos e sólida estrutura de governança, composta por Comissões, Comitês Executivos e Alta Administração.

2.1.3. Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos

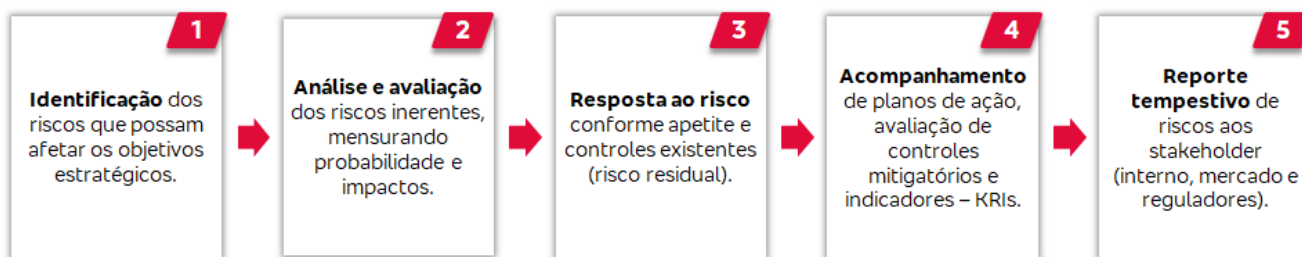
A metodologia Corporativa de Gerenciamento de Riscos e Controles está alinhada com os principais *Frameworks* internacionais de gestão de riscos, permitindo que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados.

Face à complexidade dos produtos e serviços ofertados e do perfil das atividades da Organização, faz-se necessário o estabelecimento de estrutura robusta de gestão de riscos. Neste contexto, a atuação é realizada por meio do Modelo de Três Linhas, de forma que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que os objetivos especificados sejam alcançados:

- **Primeira linha**, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos inerentes como parte das atividades do dia a dia, mantendo os riscos dentro dos níveis aceitáveis;
- **Segunda linha**, representada pelas áreas de monitoramento, responsáveis por estabelecer políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e conformidade para o desenvolvimento e/ou acompanhamento dos controles da primeira linha, além da validação independente de modelos.
- **Terceira linha**, representada pela área de Auditoria Interna Global, que é responsável por avaliar de maneira independente a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam os seus objetivos, reportando os resultados de seus trabalhos ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Alta Administração.

O processo corporativo de gerenciamento de riscos correntes e emergentes da Organização é constituído pelas seguintes etapas:

Gerenciamento de Riscos



2.1.3.1. Controles Internos

A área de Controles Internos, em apoio às áreas de primeira linha, desafia a identificação e avaliação dos riscos e controles, sendo o resultado desta atividade refletido nos mapas de riscos das Áreas. Adicionalmente, a área de Controles Internos também realiza revisões temáticas, monitoramento da Rede de Agências e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, por intermédio de indicadores, assim como o processo de certificação SOX (“*Sarbanes-Oxley*”), com objetivo de aprofundar a avaliação do ambiente de controles, cujos resultados são apresentados em relatórios específicos, sendo que os riscos e fragilidades identificadas são incorporados aos mapas de riscos das Áreas.

Além disso, anualmente, é enviado relatório ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria – COAUD, consolidando as avaliações e conclusões dos trabalhos realizados pela área de Controles Internos.

As atividades da área de Controles Internos são executadas por profissionais capacitados, através de processos bem definidos e tecnologia compatível com o porte e estrutura da Organização, complexidade dos produtos e serviços negociados, perfil de risco e modelo de negócio, nos termos da Resolução CMN nº 4.968/21.

2.1.3.2. Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital

A Organização, em relação a disseminação da cultura de riscos, dispõe de políticas, normas e procedimentos para realizar o gerenciamento dos riscos e do capital. Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da Organização e empresas ligadas.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a Organização mantenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos.

As políticas de gerenciamento de riscos e de capital estão alinhadas aos objetivos estratégicos da Organização, às melhores práticas nacionais e internacionais, em conformidade com leis e regulamentos emanados por órgãos reguladores, sendo revisadas no mínimo anualmente pelo Conselho de Administração e disponibilizadas a todos os funcionários e empresas ligadas, por meio do Portal Corporativo.

3. Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

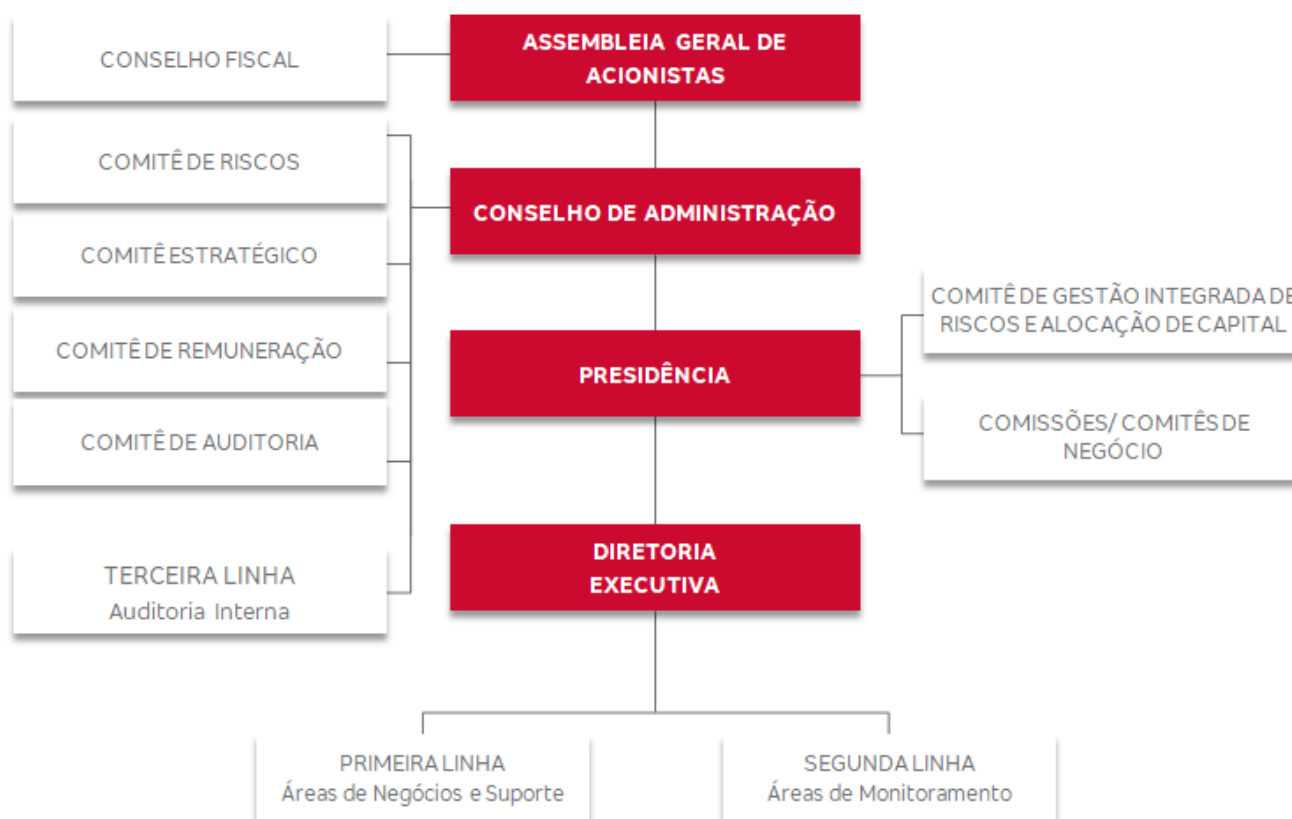
A Governança Corporativa da Organização conta com a participação de todos os seus níveis hierárquicos, tendo por finalidade otimizar o desempenho da companhia e proteger as partes interessadas, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à Organização e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento e prestação de contas. Este arcabouço atende as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Nesse contexto, o gerenciamento de riscos e capital é realizado por meio de decisões colegiadas, apoiando-se em comitês específicos. Este processo conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que compreende desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios, operacionais, produtos e serviços.

3.1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é composta por diversos comitês, comissões e áreas que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor Executivo de Riscos (Chief Risk Officer – CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

A **governança de gerenciamento de riscos e capital** está demonstrada na figura a seguir:



Dentre os fóruns de governança relacionados ao tema, destacam-se:

- **Conselho de Administração** aprova e revisa as estratégias de gerenciamento de riscos, políticas e estruturas de gerenciamento dos riscos e do capital, incluindo o apetite e os limites de exposição por tipos de riscos, bem como o programa de testes de estresse, seus resultados e os cenários e premissas aplicados;

Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

- **Comitê de Riscos** tem a atribuição de avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital;
- **Comitê de Integridade e Conduta Ética** tem por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Conduta Ética da Organização, corporativo e setoriais, e das regras de condutas relacionadas aos temas de integridade, anticorrupção e concorrencial, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade;
- **Comitê de Auditoria** revisa a integridade das demonstrações financeiras e recomenda à Diretoria Executiva correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- **Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC**, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

Mais detalhes sobre a Governança Corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores (bradesco.com.br – Governança Corporativa).

3.2. Programa de Testes de Estresse

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com um programa de testes de estresse definido como um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição.

Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos no capital, na liquidez ou no valor de um portfólio particular da Organização, sendo utilizados como uma ferramenta para o gerenciamento de riscos.

Os resultados dos testes de estresse são insumos para avaliação dos níveis de capital e de liquidez da instituição, para a elaboração dos respectivos planos de contingência, para a avaliação da adequação de capital e para o plano de recuperação e saída organizada.

Da mesma forma, os resultados são considerados nas decisões relativas as diretrizes estratégicas, na definição dos níveis e limites de apetite a riscos aplicados ao gerenciamento de riscos e de capital, assim como na definição de ações de governança com o objetivo de mitigação dos riscos identificados, alinhando-os ao apetite a riscos da Organização.

No Programa de Testes de Estresse os cenários e resultados são validados pelo COGIRAC, avaliados pelo Comitê de Riscos e deliberados pelo Conselho de Administração, que também é o responsável pela aprovação do programa e pelas diretrizes a serem seguidas.

3.3. Plano de Recuperação e Saída Organizada

Integrado à estrutura de gerenciamento de riscos da Organização, o Plano de Recuperação e de Saída Organizada (PRSO) é um instrumento prudencial destinado à preparação da Instituição para cenários de estresse severo, conforme disciplinado pela Resolução CMN nº 5.187/24.

O PRSO estabelece diretrizes para o monitoramento contínuo de indicadores financeiros, operacionais e de riscos, bem como para a definição de estratégias destinadas à recomposição da solidez financeira, à preservação das atividades críticas — cuja descontinuidade pode gerar risco sistêmico em função de sua dimensão, interconexão e complexidade — e à mitigação de impactos ao sistema financeiro.

Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Plano considera cenários prospectivos adversos e avalia a capacidade de resposta da Organização em cenários de estresse, sob diferentes dimensões, incluindo capital, liquidez e continuidade operacional, assegurando o alinhamento entre estratégias de recuperação e de saída organizada, contemplando ainda as diretrizes para comunicação com supervisores, mercado e demais partes interessadas. Os temas tratados no PRSO são apreciados pela alta administração da Organização, incluindo o Conselho de Administração.

3.4. Gerenciamento de Capital

A Organização exerce a gestão de capital abrangendo as áreas de controle e de negócios, conforme as diretrizes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Sua estrutura de governança é composta por Comissões e Comitês, com o Conselho de Administração como órgão máximo.

A Organização possui uma estrutura dedicada ao cumprimento das determinações do Banco Central do Brasil relacionadas ao gerenciamento de capital. Além disso, fornece à Alta Administração análises e projeções sobre a disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que contribuem para o planejamento da suficiência e otimização dos níveis de capital.

3.4.1. Processo Corporativo de Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e para suportar os riscos inerentes às suas atividades.

A Organização adota uma postura prospectiva de três anos ao elaborar o seu plano de capital, antecipando suas necessidades e estabelecendo procedimentos e ações de contingência para cenários adversos. Isso leva em consideração possíveis mudanças nas condições regulatórias, econômicas e de negócios em que atua.

Para assegurar uma composição sólida de capital que apoie o desenvolvimento de suas atividades e garanta a adequada cobertura dos riscos incorridos, a Organização realiza um acompanhamento periódico das projeções de capital considerando uma margem de capital gerencial (*buffer*), que é adicionada aos requerimentos mínimos regulatórios.

A definição do *buffer* gerencial está alinhada às práticas de mercado e aos requerimentos regulatórios, observando diversos aspectos, como impactos adicionais gerados por cenários de estresse, riscos qualitativos e riscos não capturados pelo modelo regulatório.

Os resultados das projeções do capital da Organização são submetidos à avaliação da Alta Administração, conforme governança estabelecida. Além disso, a suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada pela apuração periódica do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Principal.

3.5. Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

No Brasil, o Banco Central do Brasil determina através da Resolução CMN nº 4.958/21, que as instituições devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos das operações realizadas por elas, o que remete ao cálculo da exigência de capital.

O risco das atividades de instituições financeiras é representado pela apuração dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), na sigla em inglês adotada pelo Banco Central. O montante do RWA é definido pela soma das seguintes parcelas:

Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

$$RWA = RWA_{CPAD/CIRB} + RWA_{OPAD} + RWA_{MPAD/MINT}$$

- **RWA_{CPAD/CIRB}** – parcela padronizada / modelo interno relativa às exposições ao risco de crédito;
- **RWA_{OPAD}** – parcela padronizada relativa ao risco operacional;
- **RWA_{MPAD/MINT}** – parcela padronizada / modelo interno relativa às exposições sujeitas ao risco de mercado.

A tabela a seguir apresenta informações do montante de RWA utilizado na apuração do requerimento mínimo de PR, conforme estabelecido no art. 4º da Resolução CMN nº 4.958/21.

Visão geral dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA (OV1)

R\$ milhões	RWA		Requerimento mínimo de PR ⁽²⁾
	a	b	c
	Mar-26	Dez-25	Mar-26
1 Risco de crédito em sentido estrito⁽¹⁾	897.712	879.687	71.817
2 Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	897.712	879.687	71.817
3 Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
5 Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-
6 Risco de crédito de contraparte (CCR)	36.801	30.662	2.944
7 Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR	21.379	19.742	1.710
7a Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
9 Do qual: outros	15.422	10.920	1.234
12 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	3.782	4.365	303
13 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
14 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	1.380	1.074	110
16 Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	2.345	2.237	188
20 Risco de Mercado⁽³⁾	29.462	29.559	2.357
21 Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD) ⁽⁴⁾	33.529	27.879	2.682
22 Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT) ⁽⁴⁾	27.864	29.559	2.229
24 Risco Operacional⁽⁵⁾	137.119	114.757	10.970
I Risco de Pagamentos (RWASP)	NA	NA	NA
25 Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR⁽²⁾	43.879	46.620	3.510
29 Total (1+6+12+13+14+16+20+24+I+25)	1.152.479	1.108.962	92.198

(1) Não contempla exposições reportadas nas linhas 6, 12, 13, 14, 16 e 25.

(2) Conforme definido na Resolução CMN nº 4.958/21, art. 4º.

(3) Composto pelo máximo entre 80% do modelo padronizado (RWAMPAD) e modelo interno (RWAMINT), conforme Circulares nº 3.646 e nº 3.674, acrescido da variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA), a partir do 3T23, de acordo com a Resolução BCB 229/22, e do risco de crédito dos instrumentos financeiros (DRC), a partir do 3T24, conforme a Resolução BCB 313/23.

(4) Conforme Instrução Normativa 532/24, as parcelas contemplam o RWAcva a partir do 3T23 e RWAdrc a partir do 3T24. Com o objetivo de comparação, o histórico apresentado foi ajustado.

(5) O valor apurado considera a regra de faseamento prevista no Art. 19 da Resolução BCB nº 356/23, sendo aplicado o percentual correspondente ao período de transição para a composição da parcela RWAOPAD.

Comentários

A variação trimestral do RWA deve-se, principalmente, ao Risco de Crédito em sentido estrito. Para o Risco Operacional, a variação decorreu, principalmente, pelo avanço do faseamento previsto na Resolução BCB nº 356/23, com elevação do percentual aplicado na composição de 25% para 50%.

4. Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais

A abrangência regulamentar para avaliação de suficiência de capital, desde janeiro de 2015, é o Conglomerado Prudencial, conforme regulamentações do Banco Central do Brasil. Vale destacar, porém, que as demais empresas integrantes do Consolidado Econômico-Financeiro, também fazem parte do processo de gerenciamento de riscos da Organização. Para essas empresas, são avaliados todos os riscos inerentes às suas atividades, com destaque para as empresas que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros, as quais também seguem padrões regulamentares de capital, seja pelas regras da Superintendência de Seguros Privados (Susep) ou Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), dependendo do ramo de atuação de cada uma.

A tabela a seguir permite identificar as diferenças entre o escopo de consolidação utilizado nas demonstrações financeiras publicadas (coluna a) e aquele empregado para fins da regulação prudencial (coluna b). As colunas “c” a “g” detalham os valores por categorias de riscos.

Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco (LI1)

	a	b	c	d	e	f	g
	Mar-26						
	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria						
	Valores reportados nas demonstrações financeiras	Valores considerados na regulação prudencial	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR
R\$ milhões							
\\ Ativos							
Disponibilidades	14.032	13.777	13.777	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	513.626	144.933	90.855	33.768	6.490	220.482	13.820
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	118.954	80.959	80.959	-	-	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.552.179	1.511.154	1.222.532	288.622	-	-	-
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.712	1.475	1.475	-	-	-	-
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.595	59.032	40.099	-	-	-	18.933
Imobilizado de uso, líquido	8.809	7.490	7.490	-	-	-	-
Intangíveis e ágio, líquidos	21.460	17.377	-	-	-	-	17.377
Impostos a compensar	12.837	10.847	10.847	-	-	-	-
Impostos diferidos	119.261	114.661	91.596	-	-	-	23.064
Outros ativos	22.719	28.921	28.921	-	-	-	-
Total de ativos ⁽¹⁾	2.400.183	1.990.626	1.588.552	322.389	6.490	220.482	73.195
\\ Passivos							
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.652.443	1.713.636	-	-	-	97.010	1.713.636
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	27.807	24.798	-	-	-	726	24.798
Provisão para perda esperada	2.870	2.871	2.871	-	-	-	-
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	455.163	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	33.690	26.387	-	-	-	-	26.387
Impostos correntes	1.582	524	-	-	-	-	524
Impostos diferidos	6.365	4.715	-	-	-	-	4.715
Outros passivos	45.925	40.471	-	-	-	-	40.471
Total de passivos	2.225.845	1.813.401	2.871	-	-	97.737	1.810.530

Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais

Os valores considerados nas demonstrações financeiras (coluna “a” da tabela LI1) não são conciliados com os valores reportados na regulação prudencial (coluna “b” da tabela LI1) devido, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (com destaque para as empresas que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros) no Conglomerado Prudencial.

A tabela LI2 demonstra as principais causas das diferenças entre os valores da coluna “b” da tabela LI1 e os valores das exposições.

Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulação prudencial e os valores das exposições (LI2)

R\$ milhões	a	b	c	d	e
	Mar-26				
	Total	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado
1 Total de ativos considerados na regulação prudencial	1.917.431	1.588.552	322.389	6.490	220.482
2 Total de passivos considerados na regulação prudencial	2.871	2.871	-	-	97.737
3 Valor líquido considerado na regulação prudencial	1.920.302	1.591.423	322.389	6.490	318.219
4 Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	127.576	127.576	-	-	-
5 Diferenças no apreamento de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
6 Outras diferenças	69.270	-	69.270	-	-
7 Exposições consideradas para fins prudenciais	2.117.148	1.718.999	391.659	6.490	318.219

A linha de “Outras Diferenças” da tabela LI2 considera exposições não contábeis sujeitas a risco de crédito de contraparte (abordagem SA-CCR).

A tabela a seguir apresenta informações sobre os elementos considerados no cálculo dos ajustes prudenciais, utilizados no processo de apreamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.277/13.

Ajustes Prudenciais – PVA (PV1)

R\$ mil	a	b	c	d	e	f	g	h
	Mar-26							
	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total	Do qual: na carteira de negociação	Do qual: na carteira bancária
1 Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	-	-	-	-	-	-	-	-
3 Custo de liquidação das posições	-	-	-	-	-	-	-	-
4 Concentração de mercado	-	-	-	-	-	-	-	-
5 Risco de pagamento antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
6 Risco de modelo	13.820	-	-	-	-	13.820	13.820	-
7 Risco operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
8 Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-
9 Spread de risco de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
10 Custos administrativos futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
12 Total	13.820	-	-	-	-	13.820	13.820	-

Em relação ao apreamento, a Organização possui um processo criterioso e em linha com os princípios determinados pela Resolução CMN nº 4.389/14. Os detalhes desse processo estão descritos no item 12.3.7 Apreamento de Instrumentos Financeiros.

5. Composição do Capital

De acordo com as regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/21, o Patrimônio de Referência (PR) de uma instituição financeira é representado pelo somatório do Capital Nível I e Nível II, sendo utilizado na determinação de seus limites operacionais.

Capital Nível I: visa assegurar a solvência da instituição financeira, garantindo a continuidade de sua operação. Com a entrada em vigor de Basileia III, o Capital Nível I foi dividido em dois subgrupos:

- **Capital Principal:** composto basicamente por ações, reservas e deduções (conforme Art.4º da Resolução CMN 4.955/21);
- **Capital Complementar:** composto por instrumentos análogos aos híbridos de capital e dívida, com característica de perpetuidade (conforme Art.6º da Resolução CMN 4.955/21).

Capital Nível II: constitui instrumentos análogos aos híbridos de capital e dívida, com vencimento mínimo de 5 anos (conforme Art.7º da Resolução CMN 4.955/21).

5.1. Patrimônio de Referência (PR)

A seguir, apresentamos o detalhamento das informações relativas ao PR da Organização (alinhado com os requerimentos globais de Capital – Basileia III), sob a ótica do Conglomerado Prudencial.

R\$ milhões	Mar-26	Dez-25	Mar-25
\\ Patrimônio de Referência - Nível I	137.988	145.844	134.814
Capital Principal	117.010	124.320	114.757
Patrimônio Líquido	173.549	172.239	164.193
Minoritários/Outros	1.874	2.249	2.159
Adoção inicial Res. CMN 4.966/21 (Res. CMN 5.199/24)	1.495	2.242	2.242
Ajustes Prudenciais ⁽¹⁾	(59.909)	(52.410)	(53.837)
Capital Complementar	20.978	21.524	20.057
Dívidas subordinadas (Resolução CMN nº 4.955/21)	20.978	21.524	20.057
\\ Instrumentos Elegíveis para compor o Nível II	33.783	29.125	25.211
Dívidas subordinadas (Resolução CMN nº 4.955/21)	33.783	29.125	25.211
\\ Total do Patrimônio de Referência (PR)	171.771	174.969	160.025

(1) De acordo com a Resolução nº 4.955/21 do CMN.

Para mais informações e detalhamentos, consulte “CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)”, “CCA: Principais Características dos Instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)” e “CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial”, disponíveis no site de Relações com Investidores (bradesco.com.br – Informações ao Mercado – Relatórios e Planilhas – Gerenciamento de Riscos – Anexos Pilar 3).

6. Indicadores Macroprudenciais

A tabela a seguir apresenta a visão geral da distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário para fins do cálculo do Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACP_{Contracíclico}), sendo a metodologia de cálculo aplicada conforme as regras da Circular BCB nº 3.769/15.

Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP_{Contracíclico} (CCyB1)

	a	b	c	d	e
		Mar-26			
	Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACP _{Contracíclico}			Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do ACP _{Contracíclico}
R\$ Milhões	ACCPI	Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	RWACPrNB		
Jurisdição					
BRASIL (BR)	0,0%	1.849.784	837.780		-
LUXEMBURGO (LU)	0,5%	1.787	967		5
HOLANDA (NL)	2,0%	1.322	359		7
REINO UNIDO (GB)	2,0%	3.562	756		15
SUÉCIA (SE)	2,0%	849	285		6
FRANÇA (FR)	1,0%	2.669	606		6
ALEMANHA (DE)	0,8%	5.175	704		5
CHILE (CL)	0,5%	21	21		0
ESPAÑA (ES)	0,5%	302	302		2
AUSTRALIA (AU)	1,0%	0	0		0
OUTROS PAÍSES	0,0%	51.941	21.242		-
Subtotal		1.917.413	863.023		
\\ Total		1.917.413	863.023	-	46

Comentários

A Organização (consolidado prudencial) possui exposição no exterior com 24 jurisdições, sendo que 10 apresentam Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACPPi). Em relação à variação trimestral de RWA, houve aumento de 5,57% em relação ao trimestre anterior, com o Brasil concentrando 97,1% dos ativos ponderados pelo risco.

7. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem (RA) é o índice que atua em conjunto com o Índice de Basileia na limitação do nível de exposição a risco assumido pelas instituições financeiras. Este índice avalia a alavancagem utilizando apenas valores de exposição sem nenhuma ponderação de risco.

A tabela a seguir detalha os ajustes efetuados no valor do ativo total para a obtenção da Exposição Total utilizada na apuração da Razão de Alavancagem (RA), conforme disposto nas regulamentações vigentes (Circular nº 3.748/15 e Resolução CMN nº 4.615/17).

Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem – RA (LR1)

R\$ milhões		Mar-26
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	2.400.183
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(409.557)
1+2	Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas	1.990.626
4	Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	1.907
5	Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	35.875
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	138.881
7	Outros ajustes	26.327
8	Exposição Total	2.193.616

Comentários

A Exposição Total apresenta um aumento de 2,43% no trimestre.

Razão de Alavancagem

Detalhamento dos componentes da Exposição Total utilizada na apuração da Razão de Alavancagem (RA), de que trata a Circular nº 3.748/15, é demonstrado a seguir.

Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem (LR2)

R\$ milhões	a	b	
	Mar-26	Dez-25	Mar-25
\\ Itens Contabilizados no Balanço Patrimonial			
1	1.797.087	1.792.361	1.612.310
2	(64.078)	(55.661)	(56.120)
3	1.733.008	1.736.700	1.556.190
\\ Operações com instrumentos financeiros derivativos			
4	14.761	12.975	11.631
5	18.755	10.551	7.950
7	-	-	-
8	(7.214)	(6.836)	(5.403)
9	1.907	-	825
10	-	-	-
11	28.209	16.690	15.003
\\ Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)			
12	253.603	215.048	151.857
13	-	-	-
14	12.499	10.472	8.966
15	-	-	-
16	266.102	225.521	160.824
\\ Itens não contabilizados no balanço patrimonial			
17	518.536	509.553	485.657
18	(352.239)	(346.890)	(295.601)
19	166.298	162.663	190.056
\\ Capital e Exposição Total			
20	137.988	145.844	134.814
21	2.193.616	2.141.573	1.922.073
\\ Razão de Alavancagem (RA)			
22	6,3%	6,8%	7,0%

Comentários

A razão de alavancagem reduziu 0,52 pp em relação ao trimestre anterior.

8. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

8.1. Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez é executado pela Organização de modo corporativo e permeia todas as camadas da governança. A seguir estão as atribuições das áreas que se destacam no gerenciamento e controle de risco de liquidez:

Tesouraria	<ul style="list-style-type: none">■ Realizar a gestão diária do caixa e liquidez;■ Propor limites para os indicadores de controle do risco de liquidez, assim como os níveis para o sinalizador de alertas;■ Cumprir os limites estratégicos e operacionais estabelecidos;■ Reportar assuntos relacionados à gestão de liquidez no Comitê Executivo de Gestão de Ativos e Passivos e Tesouraria;
Área de Risco de Liquidez	<ul style="list-style-type: none">■ Propor as métricas de controle de liquidez e concentração, atentando para a sua devida aprovação no processo de governança estabelecido;■ Calcular e divulgar os indicadores de monitoramento e controle de liquidez nas periodicidades estabelecidas;■ Prover ferramentas de simulação dos principais indicadores implementados;■ Reportar assuntos relacionados ao controle e monitoramento do risco de liquidez nas comissões e comitês executivos onde o tema é abordado;
Áreas de apoio	<ul style="list-style-type: none">■ Executar a projeção de fluxos de caixa para o monitoramento da liquidez, inclusive <i>intraday</i>;■ Elaborar os fluxos de caixa previstos até o horizonte de 12 meses e remeter às áreas de interesse;■ Verificar e garantir a consistência, integridade e completude da base de dados disponibilizada diariamente aos gestores e controladores do risco de liquidez;■ Disponibilizar informações gerenciais sobre o caixa à Tesouraria, bem como quaisquer alterações significativas nos níveis de reservas dos Bancos do Conglomerado;■ Disponibilizar informações gerenciais sobre os mapas de descasamento à Tesouraria.

Políticas e Normas

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é composto por políticas e normas que estabelecem critérios relacionados a diversificação das fontes de financiamento da Organização.

A Política de Gestão de Risco de Liquidez assegura que existam normas, procedimentos e controles que garantam à Organização o adequado nível de liquidez e de diversificação de suas captações.

Por sua vez, a Norma de Risco de Liquidez para o Conglomerado Prudencial descreve os procedimentos e controles da Organização para o risco de liquidez, entre eles, o controle da concentração das captações por produto e contraparte

Nos comitês executivos da Organização são reportadas as concentrações de captações de produto, contraparte e prazos.

8.1.1. Controle e Acompanhamento

O gerenciamento do risco de liquidez da Organização é realizado através de ferramentas desenvolvidas em plataformas robustas e validadas pelas áreas independentes da Organização. Dentre as principais métricas e indicadores considerados no *framework* de risco de liquidez, destacam-se:

- **Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR):** consiste na verificação da suficiência de instrumentos líquidos para honrar as saídas líquidas de caixa da Organização nos próximos trinta dias em cenário de estresse;
- **Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR):** consiste na verificação da suficiência de *funding* estrutural para financiar os ativos de longo prazo do balanço da Organização;
- Perdas de depósitos para diferentes horizontes de tempo;
- Mapas de concentração das captações em diferentes visões (produto, prazo e contraparte);
- Exercícios de estresse integrado onde diferentes dimensões de risco são abordadas.

Para as principais métricas foram estabelecidos limites, que podem ser estratégicos (aprovados até o nível do Conselho de Administração) ou operacionais (aprovados no Comitê Executivo), baseados em sinalizadores, que acionam diferentes níveis de governança conforme o percentual de utilização (consumo) dos seus respectivos limites.

8.1.2. Mitigação do Risco de Liquidez

A governança estabelecida para o gerenciamento do risco de liquidez contempla uma série de recomendações para mitigação do risco de liquidez, dentre as principais estratégias, destacam-se:

- Diversificação de captações quanto a contraparte, produto e prazo;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, além daqueles requeridos pelo regulador;
- Análise prévia de produtos que possam afetar a liquidez antes da sua implementação;
- Simulações de estresse de liquidez da carteira.

8.1.3. Testes de Estresse

Em função da dinâmica e criticidade deste tema, a gestão e controle do risco de liquidez deve acontecer de forma diária e ser baseada em cenários de estresse. Desta forma, a principal métrica utilizada para o monitoramento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial é o Índice de Liquidez Curto Prazo (LCR), que mede a suficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos nos próximos trinta dias considerando um cenário de estresse. Portanto, a gestão diária já é realizada através de teste de estresse.

De qualquer forma, adicionalmente ao LCR e outras métricas de monitoramento, são executadas simulações de cenários de estresse de longo prazo, dentro do programa de teste de estresse integrado (ICAAP por exemplo), para também avaliar uma eventual deterioração dos indicadores de liquidez para diferentes horizontes de tempo.

8.1.4. Plano de Contingência

O plano de contingência de liquidez da Organização abrange os seguintes pontos, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.557/17:

- Grupo de gestão de crise;
- Principais responsabilidades do grupo de gestão de crise;
- Indicadores de monitoramento;
- Ações para mitigação da crise;
- Frequência de revisão do plano.

8.1.5. Comunicação Interna

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre as áreas quanto entre as diversas camadas da governança interna são feitas por meio de relatórios internos, comitês e a administração sênior da Organização.

Adicionalmente, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática *intraday* dos relatórios de liquidez para a adequada gestão da Área de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte;
- Relatórios semanais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Organização recebem os relatórios.

8.2. Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*)

O indicador de liquidez de curto prazo (LCR) visa garantir que a Organização mantenha um nível adequado de ativos líquidos para suprir a necessidade de liquidez em um eventual cenário de estresse de curto prazo. O LCR corresponde à razão entre o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e o total de saídas líquidas de caixa, calculadas conforme cenário de estresse padronizado.

A figura a seguir demonstra os principais componentes do indicador:

$$\text{LCR} = \frac{\text{HQLA}}{\text{Fluxos de Saída} - \text{Fluxos de Entrada}^*} \geq 100\%$$

*Limitado a 75% dos Fluxos de Saída

A parametrização dos cenários de estresse foi realizada pelo Regulador para capturar choques idiossincráticos e de mercado para o período de trinta dias. Os itens abaixo demonstram alguns dos choques contemplados na metodologia:

- Perda parcial das captações de varejo, de atacado sem colateral e da capacidade de captação de recursos no curto prazo;
- Saídas adicionais de recursos, contratualmente previstas, devido ao rebaixamento da classificação de risco de crédito da instituição, em até três níveis, incluindo eventual requerimento adicional de colateral;
- Aumento das volatilidades em fatores que impacte a qualidade do colateral ou a exposição potencial futura de posições em derivativos, resultando na aplicação de deságios maiores ao colateral ou na chamada adicional de colateral, ou em outras demandas por liquidez;
- Saques de valores superiores aos esperados nas linhas de crédito/liquidez concedidas; e
- Necessidade potencial de recomprar dívida ou honrar obrigações não contratuais, visando mitigar seu risco reputacional.

Ativos de Alta Liquidez (HQLA)

Podem ser considerados HQLA os ativos que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse e que atendem requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, como de estar livre de qualquer impedimento ou restrição legal; pouca ou nenhuma perda em seu valor de mercado quando convertidos em espécie; baixo risco de crédito; apreçamento fácil e certo; sejam transacionados em um mercado ativo e significativo, com pequena diferença entre o preço de compra e venda, grande volume de negociação e grande número de participantes; entre outros critérios. Tais ativos estão sujeitos a fatores de ponderação que podem reduzir o valor considerado, por exemplo, conforme a classificação de risco do seu emissor ou a variação histórica de seu preço de mercado, dentre outros requisitos.

Fluxos de Saídas e de Entradas

Os fluxos de saída são resultantes da redução dos depósitos e captações; vencimentos de emissões de títulos e valores mobiliários; obrigações contratuais previstas para os próximos trinta dias; ajustes e chamadas de margens em operações com derivativos; utilização/saque de linhas de crédito e liquidez concedidas pelo Banco; e saídas de caixa contingentes.

Risco de Liquidez

Já os fluxos de entrada para os próximos trinta dias correspondem à expectativa de recebimentos de empréstimos e financiamentos; de depósitos; de títulos e valores mobiliários; e de ajustes e liberação de margens em operações com derivativos.

A tabela LIQ1 apresenta informações do Indicador de Liquidez de Curto Prazo – LCR, relativas as entradas e saídas de caixa, bem como o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA), conforme definições e metodologia de cálculo estabelecidas na Circular nº 3.749/15.

Indicador de Liquidez de Curto Prazo – LCR (LIQ1)

R\$ mil	a		b		Mar-25 ³	
	Valores não Ponderados ⁽⁴⁾	Valores Ponderados ⁽⁵⁾	Valores não Ponderados ⁽⁴⁾	Valores Ponderados ⁽⁵⁾	Valores não ponderados ⁽⁴⁾	Valores Ponderados ⁽⁵⁾
\\ Ativos de Alta Liquidez (HQLA)						
1 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		256.037.957		253.255.892		184.190.422
\\ Saídas de caixa						
2 Captações de varejo, das quais:	400.357.672	41.107.889	380.330.352	37.692.999	382.760.866	39.446.780
3 Captações estáveis	181.371.183	9.068.559	177.502.016	8.875.101	170.844.220	8.542.211
4 Captações menos estáveis	218.986.489	32.039.330	202.828.336	28.817.898	211.916.646	30.904.569
5 Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	297.502.649	120.698.677	292.963.875	119.723.222	272.938.808	111.435.304
6 Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	8.610.761	430.538	8.618.944	430.947	10.413.955	520.698
7 Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	288.645.850	120.022.101	283.122.858	118.070.202	259.235.895	107.625.648
8 Obrigações não colateralizadas	246.039	246.039	1.222.073	1.222.073	3.288.958	3.288.958
9 Captações de atacado colateralizadas		19.065.816		22.743.172		19.213.214
10 Requerimentos adicionais, dos quais:	154.186.814	21.698.435	148.716.118	20.097.689	150.764.141	20.401.345
11 Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	28.146.999	13.104.116	20.680.104	10.220.732	17.618.008	9.510.923
12 Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	298.324	298.324	1.123.498	1.123.498	984.900	984.900
13 Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	125.741.492	8.295.995	126.912.517	8.753.459	132.161.232	9.905.521
14 Outras obrigações contratuais	54.178.840	51.694.918	54.866.556	52.461.097	45.061.311	42.660.311
15 Outras obrigações contingentes	202.948.562	5.856.430	187.458.198	6.425.331	173.904.703	5.640.121
16 Total de saídas de caixa		260.122.165		259.143.511		238.797.074
\\ Entradas de caixa						
17 Empréstimos colateralizados	270.939.614	3.246.131	236.407.136	2.950.293	212.850.064	1.668.928
18 Operações em aberto, integralmente adimplentes	43.906.276	28.671.811	43.202.347	28.868.501	47.787.684	32.540.577
19 Outras entradas de caixa	82.398.785	69.797.471	79.227.823	67.290.988	79.992.707	68.916.249
20 Total de entradas de caixa	397.244.675	101.715.413	358.837.306	99.109.783	340.630.456	103.125.754
		Valor Total Ajustado⁽⁶⁾		Valor Total Ajustado⁽⁶⁾		Valor Total Ajustado⁽⁶⁾
21 Total HQLA		256.037.957		253.255.892		184.190.422
22 Total de saídas líquidas de caixa		158.406.752		160.033.728		135.671.320
23 LCR		161,6%		158,3%		135,8%

(1) Calculado com base na média simples diária dos meses que compõem o trimestre (61 observações).

(2) Calculado com base na média simples diária dos meses que compõem o trimestre (64 observações).

(3) Calculado com base na média simples diária dos meses que compõem o trimestre (61 observações).

(4) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

(5) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

(6) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites.

O montante de ativos líquidos (HQLA) totalizaram R\$ 256 bilhões na média do 1º trimestre de 2026, ante R\$ 253,2 bilhões na média do 4º trimestre de 2025. Com relação às saídas de caixa no cenário de estresse regulatório (item 16), cerca de 62,2% correspondem a resgates e não renovações de captações de varejo e atacado sem colaterais (sem garantia), conforme demonstrado nos itens 2 e 5 da tabela. Outro grupo relevante se refere ao item de “Outras obrigações contratuais” (item 14), que engloba preponderantemente os fluxos de saída das operações de repasse, de cartões de crédito e de *Trade Finance*. Em relação às entradas de caixa, correspondentes à R\$ 101,7 bilhões na média do 1º trimestre de 2026, destacam-se os recebimentos das operações de crédito (renovação parcial), os fluxos de entradas das operações de *Trade Finance*, as disponibilidades e resgates de títulos, além dos fluxos de entrada das operações de repasse e de cartões de crédito.

8.3. Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR – *Net Stable Funding Ratio*)

O indicador de liquidez de longo prazo (NSFR) visa avaliar se a Organização está financiando suas atividades (ativos) com fontes mais estáveis de captação (passivos). O NSFR corresponde à razão entre os Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) e os Recursos Estáveis Requeridos (RSF), os quais são definidos conforme as estruturas de ativos e passivos da instituição que são ponderadas conforme as definições do Regulador.

A seguir demonstra-se os principais componentes do indicador:

$$\text{NSFR} = \frac{\text{Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)}}{\text{Recursos Estáveis Requeridos (RSF)}} \geq 100\%$$

Recursos Estáveis Disponíveis (ASF – *Available Stable Funding*)

Os recursos estáveis disponíveis são representados pelos Passivos e Patrimônio Líquido, os quais são ponderados conforme sua estabilidade, sendo que os recursos considerados mais estáveis são determinados principalmente por aspectos comportamentais dos clientes, considerando também o seu relacionamento com a instituição, aspectos legais e outras variáveis implícitas.

Recursos Estáveis Requeridos (RSF – *Required Stable Funding*)

Os recursos estáveis requeridos são determinados conforme os ativos do balanço patrimonial e demais instrumentos financeiros, por exemplo, limites de crédito fornecido e as garantias prestadas, os quais são ponderados por aspectos relacionados ao tipo de operação, prazo de vencimento, contraparte, entre outros.

A tabela a seguir apresenta informações relativas ao Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR) e seus componentes, conforme estabelecido na Circular nº 3.869/17.

Indicador Liquidez de Longo Prazo – NSFR (LIQ2)

	a	b	c	d	e	Dez-25		
	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação ⁽¹⁾						Valor após a ponderação ⁽²⁾	Valor após a ponderação ⁽²⁾
	Sem vencimento	Menor do que seis meses	Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano	Maior ou igual a um ano				
R\$ mil			Mar-26					
\\ Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)								
1 Capital	231.679.437	-	-	3.775.139	235.454.576	231.357.548		
2 Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias	231.679.437	-	-	-	231.679.437	227.378.776		
3 Outros instrumentos não incluídos na linha 2	-	-	-	3.775.139	3.775.139	3.978.772		
4 Captações de varejo, das quais:	131.588.042	329.622.655	15.780.686	24.486.568	463.638.981	463.963.399		
5 Captações estáveis	68.763.417	125.936.106	2.503.849	5.440.433	192.783.637	193.028.238		
6 Captações menos estáveis	62.824.625	203.686.549	13.276.837	19.046.135	270.855.345	270.935.161		
7 Captações de atacado, das quais:	36.955.043	835.950.814	66.349.810	162.575.105	434.591.228	436.921.439		
8 Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	8.333.476	-	-	-	4.166.738	4.525.863		
9 Outras captações de atacado	28.621.567	835.950.814	66.349.810	162.575.105	430.424.490	432.395.576		
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	63.391.525	-	-	-	-		
11 Outros passivos, dos quais:	76.099.457	62.438.788	-	-	2.747.077	3.790.153		
12 Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero			23.349.801					
13 Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores	76.099.457	39.088.987	-	-	2.747.077	3.790.153		
14 Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					1.136.431.862	1.136.032.540		
\\ Recursos Estáveis Requeridos (RSF)								
15 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)					10.504.524	15.174.215		
16 Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	-	-	-	-	-	-		
17 Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:	15.539.679	671.616.908	103.162.362	406.506.740	591.318.166	594.807.853		
18 Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1	-	5.970.413	-	-	597.041	1.287.156		
19 Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral	-	330.605.796	4.282.917	3.295.453	13.583.508	10.525.554		
20 Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:	-	310.380.715	84.911.245	278.649.127	455.392.180	461.989.865		
21 Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013	-	-	-	-	-	-		
22 Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais:	-	23.557.622	11.593.001	111.340.376	98.510.481	99.121.882		
23 Operações que atendem ao disposto na Resolução BCB nº 229, de 2022, art. 50, incisos I, II e III, e art. 51, incisos I e II	-	23.557.622	11.593.001	111.340.376	98.510.481	99.121.882		
24 Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores	15.539.679	1.102.362	2.375.199	13.221.784	23.234.955	21.883.396		
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	59.986.536	6.347.785	668.596	-	-		
26 Outros ativos, dos quais:	305.660.757	47.300.795	1.349.856	46.076.342	310.648.629	296.983.123		
27 Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física	-				-	-		
28 Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central			34.034.015		28.928.913	27.321.221		
29 Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero			23.857.606		-	-		
30 Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação			-		2.237.363	3.500.695		
31 Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores	305.660.757	23.443.189	1.349.856	12.042.327	279.482.353	266.161.207		
32 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial		499.877.949	-	-	18.116.734	18.404.496		
33 Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					930.588.054	925.369.687		
34 NSFR (%)					122,1%	122,8%		

(1) Correspondente ao saldo total de balanço.

(2) Correspondente ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

O indicador de longo prazo NSFR apresentou volume ponderado de recursos estáveis disponíveis muito superior ao de recursos estáveis requeridos, com excesso de saldo ponderado de aproximadamente R\$205,8 bilhões, resultando o indicador em 122,1%. O montante de recursos estáveis disponíveis (ASF) é constituído em grande parte por captações de clientes considerando o grau de estabilidade como principal fator para contribuição do ASF. A apuração de março/2026 para o ASF apresentou participação de 40,8% oriundos de captações de Varejo e 38,2% de captações de Atacado. Os valores de recursos estáveis requeridos (RSF) são constituídos por itens do ativo e por itens não contabilizados no balanço patrimonial. Estes balanços são ponderados conforme o seu respectivo perfil de liquidez, desta maneira, os itens relacionados aos empréstimos e demais ativos com baixa ou nenhuma liquidez apresentam destaque no RSF (ponderadores elevados), enquanto operações de alta liquidez, como por exemplo títulos públicos federais livres, recebem ponderadores baixos. Para o mês de março/2026 as operações de empréstimos (item 20) representavam 49% do total de RSF, enquanto demais ativos (item 31) participavam de 30% do RSF.

9. Risco de Crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

9.1. Concessão de Crédito

O modelo de negócios diversificado permite o atendimento de diversos públicos, em canais direcionados e convenientes nas diversas regiões do Brasil. As estratégias de segmentação, tanto na Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, também colaboram para um bom relacionamento com os clientes e para ofertas precisas de produtos e serviços.

Esse posicionamento tem reflexos positivos no perfil de crédito da Organização, sendo traduzido em um portfólio diversificado e pulverizado, tanto em termos de produtos como de segmentos. Isso é condizente com os riscos assumidos e com níveis de provisionamento e concentração adequados.

Sob a responsabilidade da Área de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo esse processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e à fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais, comportamentais e transacionais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para a submissão de propostas depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como

da sua classificação de risco de crédito (*rating*). Todas as propostas de negócio são submetidas para análise técnica e deferimento da Área de Crédito.

Os Comitês de Crédito, por sua vez, têm por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer da Área de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites desse Comitê poderão ser submetidas ao CEO para deliberação.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit* e *Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

9.2. Classificação do Risco de Crédito

A Organização dispõe de um robusto processo de Governança, práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, pode ser citada a Governança de Alçadas de Concessão e de Reestruturação de Crédito, as quais, dependendo do montante da operação ou da exposição total da contraparte, requerem aprovação nos níveis do CEO ou Conselho de Administração. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros.

Além do processo e da governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e reestruturação, no apetite a riscos definido pela Organização são acompanhados os limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor de Atividade Econômica e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, também foram estabelecidos no apetite a riscos indicadores de qualidade de novos créditos, nível de inadimplência e de ativos problemáticos, margem de capital econômico e despesa de provisão para perdas esperadas.

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.945/21 e inclui as análises de riscos social e ambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos “Princípios do Equador”, conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos sociais e ambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas é distribuída em grupos homogêneos de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 para fins de constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Risco de Crédito

De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes definida pelo *Rating* Cliente, garantias atreladas ao contrato, características do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento, valor do crédito contratado, dentre outras características da operação.

As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas por grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se também em procedimentos estatísticos e análise de variáveis que discriminam o comportamento de risco. Isso é feito mediante aplicação de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

O *Rating* Cliente é utilizado, em conjuntos com diversas variáveis de decisão, para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como para o acompanhamento da deterioração do perfil de risco dos clientes.

9.3. Processo de Gerenciamento do Risco de Crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito exerce papel fundamental na segunda linha da Organização, participando ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta estrutura atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

As atribuições da estrutura de gerenciamento de risco de crédito seguem fielmente os preceitos de conformidade definidos pela Organização. A integração com as demais linhas ocorre de forma contínua e frequente, possibilitando assertividade na identificação, mensuração e controle do risco de crédito.

9.4. Mitigação do Risco de Crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito, ou acordos de compensação (*netting*). A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves; incluem-se

ainda entre as garantias reais, títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, está recebe uma remuneração ao longo da vigência da operação. No caso de descumprimento do tomador (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

9.5. Controle e Acompanhamento

O risco de crédito tem seu controle e acompanhamento corporativo realizado por área independente, que calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de Governança existente.

Esta área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, ativos problemáticos, reestruturações, adequação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, recuperações de crédito, perdas, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar, dentre outros.

Além disso, acompanha todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica em que a empresa tem as exposições mais representativas.

9.6. Comunicação Interna

O risco de crédito é monitorado tempestivamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de antecipar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, gerências nacionais, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e reestruturação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores como: informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, possibilitando a visualização das informações desde um nível macro até o mais detalhado e permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (exposição, inadimplência, estágio, provisão, *write-off*, graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

9.7. Detalhamento das Exposições de Risco de Crédito

Abaixo, são detalhadas a qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial.

Risco de Crédito

Qualidade creditícia das exposições (CR1)

	a	b	c	d	f	g
	Valor Bruto:		Mar-26			
R\$ milhões	Exposições caracterizadas como ativos problemáticos	Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACPAD	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar Dos quais: RWACIRB	Valor líquido (a+b-c)
1 Concessão de crédito	57.807	782.086	48.496	48.496	-	791.398
2 Títulos de dívida	11.948	385.110	4.675	4.675	-	392.383
2a dos quais: títulos soberanos nacionais	-	244.069	-	-	-	244.069
2b dos quais: outros títulos	11.948	141.041	4.675	4.675	-	148.313
3 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	9.797	473.608	2.871	2.871	-	480.533
4 Total (1+2+3)	79.552	1.640.805	56.043	56.043	-	1.664.313

Nota: Conforme instruções de preenchimento da Carta Circular 3.936, foram consideradas como Concessões de Crédito os empréstimos, financiamentos, operações de arrendamento mercantil, operações interfinanceiras de liquidez e outras operações similares.

Comentários

Houve aumento de 0,2% no total da exposição líquida em relação ao trimestre anterior.

Exposições Brutas são as exposições antes da aplicação dos Fatores de Conversão a Crédito (FCC) e antes da dedução de sua provisão (PDD), sendo caracterizadas como ativos problemáticos as exposições assim classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21.

Mudanças no estoque de ativos problemáticos entre dois períodos consecutivos, considerando as operações reportadas na tabela acima, são detalhadas na tabela CR2.

Mudanças no estoque de ativos problemáticos (CR2)

	Mar-26 a Total
1 Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior	80.634
2 Valor das exposições que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	16.037
3 Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente	(1.317)
4 Valor da baixa contábil por prejuízo	(10.028)
5 Outros ajustes	(5.774)
6 Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (1+2+3+4+5)	79.552

Comentários

As operações classificadas como ativos problemáticos reduziram 1,3% em relação ao trimestre anterior.

Adicionalmente, informações sobre a qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1, são demonstradas nas tabelas CRB de "e" – "i".

Risco de Crédito

Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil, por país, por setor econômico e por prazo remanescente de vencimento (CRBe)

R\$ milhões Setor Econômico	Mar-26				
	Prazo Remanescente de Vencimento				
	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Varejo	27.594	9.753	37.245	1.312	75.903
Atividades Imobiliárias e Construção	8.662	3.908	30.865	8.805	52.239
Transportes e Concessão	7.953	4.656	39.092	5.750	57.451
Automobilística	4.060	1.382	4.262	108	9.812
Financeiro	60.568	52.399	127.002	62.062	302.031
Energia Elétrica	8.340	4.589	15.700	4.485	33.114
Petróleo e Petroquímico	3.379	305	11.842	52	15.577
Siderurgia e Metalurgia	4.922	2.390	5.845	836	13.994
Alimentícia	7.300	3.197	16.426	608	27.531
Fumo e bebidas	9.423	497	657	1.098	11.676
Papel e Celulose	1.212	600	3.083	994	5.889
Extração	4.916	806	1.179	1.046	7.947
Telecomunicações	8.541	612	4.481	61	13.695
Saúde	2.745	812	4.489	3.741	11.787
Química	4.525	1.492	4.462	822	11.302
Material de Construção	1.165	358	2.076	221	3.821
Lazer e turismo	2.982	989	3.477	122	7.570
Bens de Capital	2.156	912	3.273	34	6.374
Educação	1.216	508	2.411	620	4.755
Produtos de Higiene e Limpeza	370	144	1.325	0	1.839
Têxtil	1.581	676	2.339	38	4.635
Eletrodomésticos e eletroeletrônicos	1.510	874	803	4	3.191
Indústria Geral	2.048	646	1.973	123	4.790
Trading	2.278	248	1.700	25	4.250
Tecnologia da Informação	2.789	819	2.633	5	6.247
Agricultura	2.932	2.104	14.003	1.581	20.620
Embalagens	1.399	919	1.834	52	4.204
Móveis e madeira	755	292	1.238	139	2.424
Demais Setores	66.572	35.729	86.675	23.024	212.001
Pessoa Física	246.870	116.223	151.339	213.212	727.644
\\ Total Geral	500.764	248.838	583.728	330.983	1.664.313
Região Geográfica					
\\ Mercado Interno	464.462	216.368	557.490	316.726	1.555.046
Sudeste	280.892	136.642	300.931	162.139	880.603
Sul	50.592	24.474	55.145	28.157	158.369
Norte	16.022	7.749	17.806	11.092	52.669
Nordeste	49.958	22.916	47.591	37.557	158.022
Centro Oeste	66.997	24.587	136.017	77.781	305.382
\\ Mercado Externo	36.302	32.470	26.238	14.258	109.268
\\ Total Geral	500.764	248.838	583.728	330.983	1.664.313

Risco de Crédito

Total das operações classificadas como ativos problemáticos segregadas por região geográfica no Brasil, por país e setor econômico (CRBf)

Setor Econômico	Mar-26		
	Operações classificadas como ativos problemáticos		
	Total	Provisões	Baixas/Prejuízos
Varejo	10.240	3.393	1.352
Atividades Imobiliárias e Construção	2.793	1.099	418
Transportes e Concessão	8.082	2.584	313
Automobilística	346	248	24
Financeiro	350	104	75
Energia Elétrica	1.166	275	2
Petróleo e Petroquímico	336	276	2
Siderurgia e Metalurgia	267	173	73
Alimentícia	342	257	121
Fumo e bebidas	28	21	9
Papel e Celulose	36	25	5
Extração	123	95	19
Telecomunicações	4.082	833	21
Saúde	453	292	44
Química	307	183	49
Material de Construção	107	65	30
Lazer e turismo	355	242	168
Bens de Capital	197	115	55
Educação	173	123	45
Produtos de Higiene e Limpeza	28	18	10
Têxtil	322	165	116
Eletrrodomésticos e eletroeletrônicos	101	45	28
Indústria Geral	120	85	73
Trading	171	92	14
Tecnologia da Informação	270	105	25
Agricultura	2.576	704	58
Embalagens	53	41	17
Móveis e madeira	137	95	42
Demais Setores	9.402	5.543	1.501
Pessoa Física	36.589	23.002	5.317
\\ Total Geral	79.552	40.300	10.028
Região Geográfica			
\\ Mercado Interno	75.321	38.487	9.712
Sudeste	50.755	22.974	6.211
Sul	7.385	4.724	1.096
Norte	3.301	2.164	497
Nordeste	7.116	4.442	1.226
Centro Oeste	6.764	4.184	681
\\ Mercado Externo	4.231	1.813	316
\\ Total Geral	79.552	40.300	10.028

Risco de Crédito

Total das exposições em atraso segmentadas por faixas de atraso (CRBg)

R\$ milhões	Mar-26					Total
	Operações em atraso					
	Menor que 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 365 dias	Atraso acima de 365 dias	
Total da exposição em atraso	29.600	18.067	15.004	16.929	2.858	82.457

Segregação do total das exposições reestruturadas (CRBh)

R\$ milhões	Mar-26	
	a	b
	Ativos Problemáticos	Demais
Total de exposições reestruturadas	19.139	6.049

Concentração (CRBi)

% do total da Carteira	Mar-26
10 maiores	3,1%
100 maiores	10,2%

9.8. Detalhamento das Exposições de Mitigação do Risco de Crédito

Valores considerados para fins da regulamentação prudencial antes e após a utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito são detalhados na tabela CR3, nos quais as exposições são mitigadas essencialmente por Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, Cessão Fiduciária de Letras de Crédito, Penhor de Aplicações Financeiras, Cartas de Crédito e Letras Financeiras do Tesouro.

Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito (CR3)

R\$ milhões	a	b	c	d	e
	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias fidejussórias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito
1 Concessão de crédito	688.578	102.819	39.999	62.820	-
2 Títulos de dívida	389.497	2.886	2.886	-	-
I Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	126.149	1.427	1.427	-	-
II Demais operações	385.147	3.371	3.371	-	-
3 Total	1.589.371	110.503	47.683	62.820	-
4 dos quais: ativos problemáticos	30.489	1.494	49	1.445	-

Comentários

A exposição considera o Fator de Conversão de Crédito (FCC) e mitigação, sendo 56,8% das operações mitigadas cobertas por garantias fidejussórias e 43,2% por colaterais financeiros.

Os efeitos da mitigação do risco de crédito no cálculo dos requerimentos de capital, conforme a Circular nº 3.809/16, segregados por classes de ativos, são detalhados na tabela CR4.

Risco de Crédito

Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito (CR4)

R\$ milhões	a	b	c		d	e	f
	Mar-26						
	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA		
Categorias	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	RWA	Densidade de RWA [e/(c+d)]	
1 Governos centrais e respectivos bancos centrais	420.532	-	420.532	-	4.029	0,0	
2 Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	10.107	4.071	10.105	2.850	4.280	0,3	
3 Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	
4 Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	74.947	8.631	74.947	3.377	22.246	0,3	
5 Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-	
6 Pessoas jurídicas não financeiras	282.125	167.222	282.127	69.211	235.627	0,7	
6.1 Dos quais: financiamentos especializados	-	-	-	-	-	-	
6.2 Dos quais: outros	282.125	167.222	282.127	69.211	235.627	0,7	
7 Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	41.937	-	41.937	-	70.863	1,7	
8 Exposições de varejo	299.360	243.468	299.360	24.662	212.603	0,7	
9 Exposições garantidas por imóveis	127.025	7.994	127.025	7.994	54.124	0,4	
9.1 Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	117.297	-	117.297	-	38.664	0,3	
9.2 Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	-	
9.3 Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	4.591	-	4.591	-	2.754	0,6	
9.4 Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	5.138	6.156	5.138	6.156	11.786	1,0	
9.5 Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	-	1.838	-	1.838	919	0,5	
10 Ativos Problemáticos	26.934	8.466	26.934	3.687	26.268	0,9	
11 Outros ativos	277.060	40.680	277.060	15.794	267.671	0,9	
12 Total	1.560.028	480.533	1.560.028	127.576	897.712	0,5	

Comentários

Houve aumento de 2,0% nos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) em relação ao trimestre anterior.

As exposições reportadas na tabela CR4, são detalhadas por contraparte e fator de ponderação de risco na tabela CR5. Ambas adotam as regras e procedimentos da Resolução BCB nº 229/22.

Abordagem padronizada – exposições por contraparte e Fator de Ponderação de Risco – FPR (CR5)

R\$ milhões

Mar-26

Categorias

Fator de ponderação de risco (FPR)

	0%	20%	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)				
1 Governos centrais e respectivos bancos centrais	409.376	10.100	-	102	-	953	420.532				
2 Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	12.955	12.955					
3 Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-				
4 Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	4.837	17.048	13.434	4.394	9.769	-	854	27.987	78.324		
5 Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
6 Pessoas jurídicas não financeiras	-	17.881	154.618	84.300	-	90.753	-	-	-	3.786	351.338
I Das quais: financiamentos especializados	-	-		-	-		-	-	-	-	-
II Das quais: outros	-	17.881	154.618	84.300		90.753	-		-	3.786	351.338
7 Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	9.649	2.032	-	-	32.288	43.970					
8 Exposições de varejo	52.253	179.517	-	92.252	324.022						

Risco de Crédito

R\$ milhões

Categorias

Mar-26

Fator de ponderação de risco (FPR)

	0%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	60%	65%	70%	75%	85%	90%	100%	105%	110%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
9 Exposições garantidas por imóveis	-	39.713	13.019	37.904	-	8.322	-	353	-	-	19.872	-	-	1.845	-	-	1.408	-	-	122.435
III Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	39.713	13.019	37.904	-	8.322	-	353	-	-	17.986	-	-	-	-	-	-	-	-	117.297
III.a Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo	-	39.713	13.019	37.904	-	8.322	-	353	-	-	17.986	-	-	-	-	-	-	-	-	117.297
III.h Das quais: outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V.a Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
V.b Das quais: outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.885	-	-	1.845	-	-	1.408	-	-	5.138
VII Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Risco de Crédito

R\$ milhões

Categorias

Categorias	Fator de ponderação de risco (FPR)					Mar-26	
	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)		
10 Ativos problemáticos	729	8.279	6.556	15.058	30.621		
11 Outros ativos	18.985	-	248.856	-	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
					35.041	302.882	

Exposições e FCC aplicados às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial

R\$ milhões		a	b	c	d
		Mar-26			
Fator de ponderação de risco (FPR)		Exposições contabilizadas no balanço patrimonial	Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (antes do FCC)	FCC médio* (ponderado pelo FPR)	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
1	Menor que 40%	545.963	1.753	12%	546.166
2	40 - 70%	238.200	250.430	28%	308.111
3	75%	366.694	118.944	11%	379.975
4	80 - 85%	97.036	56.627	37%	118.130
5	90 - 100%	264.053	41.113	39%	280.281
6	105 - 130%	1.408	-	0%	1.408
7	150%	13.914	11.667	59%	20.774
8	250%	-	-	0%	-
9	400%	-	-	0%	-
10	1.250%	-	-	0%	-
	Outros	32.759	-	0%	32.759
11	Exposição total	1.560.028	480.533	27%	1.687.604

* Os ponderadores são as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial, antes da aplicação dos respectivos FCC.

Comentários

O total das exposições de crédito após FCC e Mitigação reduziram 0,67% em relação ao trimestre anterior.

10. Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A Organização mantém total controle sobre o custo de reposição e exposição potencial futura das operações nas quais existe o risco de crédito de contraparte. Assim toda a exposição referente a este risco faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.

Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA – *Credit Value Adjustment*), segregada por contraparte, e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.

No contexto de gestão de riscos, a Organização realiza estudos de projeção de capital, a exemplo do Teste de Estresse do ICAAP (Avaliação de Adequação de Capital) e do TEBU (Teste de Estresse *Bottom-Up*). Trata-se de programas multidisciplinares que envolvem minimamente as áreas de Negócio e as Áreas Econômicas, de Orçamento/Resultado e de Risco.

Com relação às formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

A partir de junho/19, o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) foi atualizado para a Abordagem SA-CCR (*Standardized Approach for Counterparty Credit Risk*), seguindo o Anexo I da Resolução BCB nº 229/22.

10.1. Detalhamento das Exposição de Risco de Crédito de Contraparte

A tabela CCR1, apresenta a visão geral da abordagem utilizada para o cálculo do requerimento de capital para o risco de crédito de contraparte em operações de derivativos, operações compromissadas e operações de empréstimo de ativos, e fornecer os principais parâmetros empregados, conforme estabelecido na Circular nº 3.809/16, e na Resolução BCB nº 229/22.

Risco de Crédito de Contraparte

Análise das exposições ao Risco de Crédito de Contraparte (CCR) por abordagem utilizada (CCR1)

	a	b	d	e	f
	Valor de reposição	Exposição potencial futura	Alpha empregado no cômputo da EAD regulatória	EAD pós-mitigação	RWA
Mar-26					
R\$ milhões					
1 Abordagem SA-CCR	10.404	9.027	1,4	27.204	21.097
1.1 Abordagem CEM	-	-		-	-
3 Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				-	-
4 Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				683.738	15.415
6 Total					36.512

Comentários

Em relação ao trimestre anterior, houve aumento de exposição em operações com instrumentos financeiros derivativos e em operações compromissadas.

Na tabela CCR3, detalha-se as exposições ao risco de crédito de contraparte em operações de derivativos, operações compromissadas e operações de empréstimo de ativos sujeitas à abordagem padronizada, conforme estabelecido na Resolução BCB nº 229/22, por tipo de contraparte e fator de ponderação de risco (FPR).

Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco (CCR3)

	Mar-26									
	Fator de ponderação de risco (FPR)									
R\$ milhões	a	b	c	d	d1	e1	f	g	h	i
Contraparte	0%	10%	20%	50%	65%	85%	100%	150%	Outros	Total
Governos centrais e respectivos bancos centrais	273.883	-	-	-	-	-	-	-	-	273.883
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	59.806	-	3.598	506	-	-	-	8	2.994	66.912
Pessoa jurídica não financeira	330.876	-	-	-	14.381	-	24.891	-	-	370.147
Outras contrapartes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
\\ Total	664.565	-	3.598	506	14.381	-	24.891	8	2.994	710.942

Comentários

Em relação ao trimestre anterior, houve aumento de exposição em operações com instrumentos financeiros derivativos e em operações compromissadas.

Risco de Crédito de Contraparte

Na tabela CCR5, detalha-se os tipos de colaterais financeiros constituídos pela contraparte em favor da instituição ou constituídos pela instituição em favor da contraparte em transações com instrumentos financeiros derivativos, operações compromissadas e de empréstimo de ativos, de acordo com a Circular nº 3.809/16, incluindo as transações efetuadas por meio de contrapartes centrais.

Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR5)

R\$ milhões	a		b		c		d		e		f	
	Mar-26											
	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos						Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimo de ativos					
	Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição		Valor justo dos colaterais entregues				Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da instituição		Valor justo dos colaterais constituídos pela instituição em favor da contraparte			
	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados
Depósitos – moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos – outras moedas	-	50	-	22	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos federais	1.613	-	25.549	-	43.023	-	-	-	-	91.944	-	-
Títulos emitidos por governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	-	-	-	8.524	-	-	-	-	21.854	-	-
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros colaterais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
\\ Total	1.613	50	25.549	22	51.548	22	113.798	22	113.798	113.798	22	113.798

Comentários

Em relação ao trimestre anterior, houve aumento nos colaterais recebidos e nos colaterais entregues em operações compromissadas.

A tabela CCR6 apresenta informações sobre o valor de nocional e valor justo dos derivativos de crédito (risco transferido e risco recebido), antes da compensação entre as posições vendidas e compradas.

Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito (CCR6)

R\$ milhões	a		b	
	Mar-26			
	Risco transferido		Risco recebido	
\\ Valor Nocional	130		3.599	
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (<i>Single-name</i> CDS)	130		1.841	
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	-		-	
Swaps de taxa de retorno total	-		1.758	
\\ Valor de Nocional total	-		-	
\\ Valor justo	627		75	
Valor justo positivo (ativo)	627		-	
Valor justo negativo (passivo)	-		75	

Comentários

Em relação ao trimestre anterior, houve aumento nas exposições associadas a derivativos com risco transferido e redução em risco recebido.

Risco de Crédito de Contraparte

A tabela CCR8 demonstra visão abrangente das exposições a contrapartes centrais.

Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais (CCR8)

	a	b
	Exposição após mitigação	RWA
Mar-26		
R\$ milhões		
1 Exposições a QCCPs (total)		289
2 Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	14.107	282
3 (i) Derivativos de balcão	-	-
4 (ii) Derivativos padronizados	14.107	282
5 (iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
1 (iv) Demais operações	-	-
7 Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	24.987	
8 Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	-
9 Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	62	7
10 Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-
11 Exposições a CCPs não qualificadas (total)		-
12 Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
13 (i) Derivativos de balcão	-	-
14 (ii) Derivativos padronizados	-	-
15 (iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
11 (iv) Demais operações	-	-
17 Participação em fundos de garantia mutualizados contingente e futuro passíveis de serem exigidos por QCCPs	-	
18 Colaterais financeiros constituídos, exceto como margens de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das CCPs não qualificadas	-	-
19 Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
20 Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por CCPs não qualificadas	-	-

Comentários

Em relação ao trimestre anterior, houve aumento nas operações a serem liquidadas em QCCPs e aumento nas garantias em favor da QCCPs.

11. Exposições de Securitização

Securitização é o processo em que o fluxo de recebimentos associado a um conjunto de ativos subjacentes é utilizado para a remuneração de títulos de acordo com o processo de governança estabelecido, utilizando como forma de composição de Balanço.

A carteira é composta por operações de CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio, CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários e FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, conforme abaixo:

- **CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio:** Instruído pela Lei nº 11.076/04, constituem em título de crédito nominativo, de emissão exclusiva de companhias securitizadoras e lastreado em Direitos Creditórios do Agronegócio;
- **CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários:** Instruído pela Lei nº 9.154/97, constituem em título de crédito nominativo, de livre negociação, lastreado em atividades do setor imobiliário, abrangendo financiamentos de transações ou melhorias;
- **FIDC - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios:** Cumpre as instruções CVM, sendo a união de recursos que destina parcela preponderante do respectivo patrimônio líquido para a aplicação em direitos creditórios (recebíveis diversos).

Tais operações são consolidadas no Balanço Prudencial da Organização, de acordo com as seguintes categorias:

- **Custo Amortizado:** Títulos e valores mobiliários cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais;
- **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes:** Títulos e valores mobiliários cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro;
- **Valor Justo no Resultado:** Títulos e valores mobiliários não enquadrados nas categorias anteriores.

As operações securitizadas com retenção de riscos seguem os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

As exposições estão enquadradas no tipo de securitização tradicional que é o processo em que o fluxo de recebimentos associado a um conjunto de ativos subjacentes é utilizado para a remuneração de títulos de securitização.

A Organização Bradesco não opera como patrocinadora de Sociedades de Propósito Específico (SPE), bem como não administra ou assessora entidades na aquisição de títulos de securitização de emissão própria.

Adicionalmente, nos últimos anos não ocorreram venda ou transferência de ativos sem retenção substancial de riscos. Sendo que todas as operações cedidas foram com retenção substancial de riscos.

Exposições de Securitização

11.1. Detalhamento das Exposições de Securitização

Abaixo, é detalhado o total das exposições cedidas com retenção substancial de risco, nos últimos 12 meses, que tenham sido honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo, segregadas por trimestre:

Total das exposições cedidas com retenção substancial de risco, nos últimos 12 meses (SECAe)

R\$ milhões	Jan-26 a Mar-26	Out-25 a Dez-25	Jul-25 a Set-25	Abr-25 a Jun-25
1 Total das exposições cedidas com retenção substancial de risco	3	3	4	3
2 Total das Exposições honradas	-	-	-	-
3 Total das Exposições recompradas	3	3	4	3
4 Total das Exposições baixadas para prejuízo	-	-	-	-

Exposições de securitização classificadas na carteira bancária (SEC1)

A tabela a seguir apresenta informações sobre as exposições de securitização classificadas na carteira bancária.

R\$ milhões	Mar-26								
	Instituição financeira posições retidas			Instituição financeira como patrocinadora			Instituição financeira como investidora		
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal
1 Varejo (total), das quais:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5 ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 Atacado (total), das quais:	-	-	-	-	-	-	6.490	-	6.490
7 empréstimos a pessoas jurídicas não financeiras	-	-	-	-	-	-	6.476	-	6.476
8 imobiliário comercial	-	-	-	-	-	-	14	-	14
9 arrendamento mercantil e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Comentários

Com relação ao trimestre anterior, houve aumento na exposição em Fundos de Direitos Creditórios.

Exposições de Securitização Classificadas na Carteira de Negociação (SEC2)

Informações sobre as exposições de securitização classificadas na carteira de negociação, as quais a Organização não possui exposições para a data-base em questão.

Exposições de Securitização

Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital – instituição como originadora ou patrocinadora (SEC3)

Informações sobre as exposições de securitização classificadas na carteira bancária e os respectivos requerimentos de capital quando a instituição atua como originadora ou patrocinadora, as quais a Organização não possui exposições para a data-base em questão.

Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital – instituição como investidora (SEC4)

Demonstra as exposições de securitização classificadas na carteira bancária e os respectivos requerimentos de capital quando a instituição atua como investidora.

	a	b	c	d	e	h	i	l	m	p	q
	Mar-26										
	Valores das exposições (por faixas de FPR)					Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital	
	≤20%	20% < FPR ≤ 50%	50% < FPR ≤ 100%	100% < FPR < 1.250%	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%
R\$ milhões											
1 Exposições totais	-	5.069	25	509	-	5.603	-	2.345	-	188	-
2 Securitização tradicional:	-	5.069	25	509	-	5.603	-	2.345	-	188	-
3 Da qual: securitização	-	5.069	25	509	-	5.603	-	2.345	-	188	-
4 Da qual: com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 Da qual: com ativos subjacentes que não sejam varejo	-	5.069	25	509	-	5.603	-	2.345	-	188	-
8 Da qual: ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 Securitização sintética:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 Da qual: securitização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Da qual: com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 Da qual: com ativos subjacentes que não sejam varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13 Da qual: ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Comentários

Com relação ao trimestre anterior, houve aumento na exposição em Fundos de Direitos Creditórios.

12. Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de montantes, prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados tempestivamente de maneira independente das áreas de negócios.

Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.

Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração do risco de mercado na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução CMN nº 4.557/17, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado, cuja revisão é realizada, no mínimo, anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado. Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de risco de mercado, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos;
- *Hedge*.

12.1. Estratégias utilizadas no Gerenciamento do Risco de Mercado

12.1.1. Definição de Limites

As propostas de limites de risco de mercado da Carteira *Trading* são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk* (VaR);
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira / Concentração.

12.1.2. Modelos de Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias de Estresse, *Value at Risk* (VaR) e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e de Exposição Financeira. O uso de diversas metodologias para a mensuração e avaliação dos riscos é importante, pois elas são sempre complementares e seu uso combinado permite a captura de diversos cenários e situações.

Carteiras *Trading* e Regulatória

Os riscos da Carteira *Trading* são controlados, principalmente por Estresse e VaR. No caso do Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da Organização, a análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área Econômica da Organização a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco nos quais a Organização esteja posicionada.

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Cabe destacar que para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções são aplicados os modelos de simulação histórica e Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois. Para apuração das volatilidades, correlações e retornos históricos é adotada uma janela mínima de 252 dias úteis.

Para fins regulatórios, a necessidade de capital referente às ações da Carteira *Banking* do Conglomerado Prudencial é realizada por meio da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil, ou seja, não estão contempladas no cálculo de risco de mercado.

12.1.3. Hedge e Utilização de Derivativos

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos pela Área de Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pela Área de Tesouraria da Organização devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;
- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

12.1.3.1. Hedge Accounting

Implementado com o intuito de se reduzir a volatilidade do resultado contábil, o *hedge accounting* assegura que um ganho ou uma perda em um instrumento de *hedge* seja reconhecido no resultado no mesmo período no qual o item objeto de *hedge* afetar o resultado.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a *hedge* são classificadas em uma das categorias a seguir:

- **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- **Hedge de fluxo de caixa:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- **Hedge de investimento líquido no exterior:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

12.1.3.2. Derivativos Padronizados e de Uso Contínuo

A área de Tesouraria da Organização pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas têm o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

12.2. Processo de Gerenciamento do Risco de Mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu a Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração.

12.2.1. Controle e Acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado por área independente que, diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, quinzenalmente são discutidas as posições da Carteira *Trading* no Comitê Executivo de Tesouraria, neste fórum, os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias são debatidas. Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo os mesmos revisados ao menos uma vez por ano.

No caso de rompimento de qualquer um destes limites, a diretoria da área de negócio responsável pela posição e o COGIRAC são informados tempestivamente sobre o consumo do limite, para a tomada de decisão. Havendo necessidade de aumento do limite e/ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para deliberação do novo limite ou revisão da estratégia de posição.

12.2.2. Comunicação Interna

A Área de Risco de Mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são realizados de acordo com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco conforme o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Alta Administração recebem os relatórios.

12.3. Principais Características dos Modelos Utilizados

12.3.1. Value at Risk - VaR

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que, para o modelo gerencial, o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Adicionalmente, para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções, são aplicados os modelos de riscos de simulação histórica e o Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois, sendo este risco de opções adicionado ao VaR da Carteira. Cabe destacar que tal apuração é realizada diariamente e, para o modelo regulatório, o valor em risco é extrapolado para o horizonte regulatório (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo.

12.3.2. VaR Estressado – sVaR

O VaR Estressado (sVaR) é apurado diariamente com o objetivo de se replicar o cálculo do VaR que seria obtido em um determinado período histórico de estresse, porém utilizando a carteira atual da instituição. As volatilidades e correlações são apuradas a partir de janeiro de 2005 para os fatores de risco presentes na carteira atual, sendo que o modelo de cálculo das volatilidades e correlações adotado pela Organização, especificamente para o VaR Estressado, não utiliza decaimento. Uma vez encontrado o histórico das volatilidades e correlações, é apurado o VaR da posição atual considerando os parâmetros históricos, sendo então possível a determinação da data em que foi obtido o maior VaR para a carteira. A data de estresse selecionada também será aplicada para o VaR Estressado da carteira de opções. A verificação do período de estresse a ser utilizado nos cálculos do sVaR é realizada mensalmente. Ainda, analogamente ao VaR diário, o VaR Estressado também é extrapolado para o horizonte regulatório (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo e sua abordagem de apreçamento detalhada no item 12.3.7 Apreçamento de Instrumentos Financeiros.

12.3.3. VaR Modelo Interno – Backtesting

A metodologia de risco aplicada é avaliada continuamente através de técnicas de *backtesting*, que consistem na comparação do VaR com período de manutenção de 1 dia com os resultados hipotético e efetivos.

Na visão hipotética, o resultado é calculado através da reavaliação das posições aos novos preços de mercado, supondo-se a manutenção da carteira de um dia para o outro. Já na visão efetiva, são contemplados os impactos da reavaliação das posições, os resultados de novas operações realizadas durante o dia, *day trades* e outros itens não relacionados às variações de preço de mercado, por exemplo, tarifas, comissões e custos de corretagem.

O principal objetivo deste acompanhamento é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos ocorridos deve ser compatível com o número de rompimentos aceitos pelos testes estatísticos realizados, para determinado nível de confiança. Outro objetivo é aprimorar os modelos utilizados pela Organização, através das análises realizadas para diferentes períodos de observação e níveis de confiança do VaR, tanto para o VaR Total como por fator de risco.

12.3.4. Modelos – Utilização no Conglomerado Prudencial

A mensuração e controle dos riscos associados às carteiras *Trading* e Regulatória é realizado de forma análoga e conjunta para todas as empresas que compõe o Conglomerado Prudencial da Organização.

12.3.5. Diferenças entre Modelo Gerencial e Modelo Regulatório

De caráter gerencial, a Análise de Estresse busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam significativamente desfavoráveis à Organização e que não são capturados pelas outras medidas de risco de mercado, como o VaR Delta-Normal, por exemplo. Por outro lado, o modelo regulatório utilizado para cenários de Estresse é o sVaR, cujo objetivo é replicar o cálculo do VaR que seria feito em um determinado período histórico de estresse, porém utilizando a carteira atual da instituição.

Ainda, em razão do tamanho de algumas posições, a Organização, em seu modelo gerencial, busca quantificar o número de dias necessários para que uma determinada posição seja liquidada ou "*hedged*", sendo essa avaliação feita por fator de risco. Em face disso, seu modelo gerencial faz uso de fatores de liquidez, apurados diariamente, para cálculo do VaR. Tal metodologia difere-se da abordada no modelo

regulatório, uma vez que nesse último, adota-se uma janela correspondente ao maior valor entre 10 dias úteis e o horizonte da carteira, sendo essa janela fixa e igual para todos os instrumentos da carteira.

12.3.6. Volatilidade, Correlação e Retorno

O modelo adotado pela Organização para estimação da volatilidade é o alisamento exponencial (*Exponentially Weighted Moving Averages – EWMA*), com atualização diária, considerando em seus cálculos o retorno contínuo de 1 dia útil. Para a estimativa da volatilidade para a data de referência se utiliza uma janela de 252 dias úteis que se inicia na data útil imediatamente anterior à data de referência. O parâmetro relacionado ao peso dado a cada retorno é o fator de decaimento exponencial, que determina a taxa como os retornos passados perdem importância no cálculo da volatilidade. Para estimar o fator de decaimento mais apropriado para a carteira, é elaborado estudo com periodicidade no mínimo quinzenal, baseado nos principais fatores de risco que compõem a Carteira de Negociação acrescida das exposições de moedas e *commodities*. Com relação ao tamanho da amostra, é adotada para a apuração das volatilidades e correlações uma janela mínima de 252 dias úteis.

Assim como para a volatilidade, o modelo adotado pela Organização para cálculo da correlação é o EWMA, com atualização diária, ressaltando que os retornos diários, o tamanho da amostra (252 dias úteis) e o fator de decaimento são os mesmos adotados para o cálculo da volatilidade. Conforme determina a Circular nº 3.674/13 do Banco Central do Brasil, e conforme governança aprovada em Comitê, é utilizado o maior valor entre o VaR calculado com fator de decaimento (atribui maior peso aos retornos mais recentes) e o VaR sem fator de decaimento (os retornos possuem pesos iguais).

12.3.7. Apreçamento de Instrumentos Financeiros

Com o intuito de adotar as melhores práticas de mercado relacionadas à apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, foi instituída a Comissão de Marcação a Mercado (CMM), que é responsável pela aprovação ou encaminhamento à Comissão de Risco de Mercado e Liquidez dos modelos de marcação a mercado. A CMM é formada por representantes das áreas de negócios, *back-offices* e riscos, cabendo à área de riscos a coordenação da Comissão e a submissão dos assuntos avaliados para aprovação de acordo com a governança estabelecida, conforme o caso.

Sempre que possível adotam-se preços e taxas das Bolsas de Valores, Mercadorias e Futuros e Mercados Secundários. Na impossibilidade de encontrar tais referências de mercado, são utilizados preços disponibilizados por outras fontes (por exemplo: *Bloomberg*, *Reuters* e Corretoras). Como última opção, são adotados modelos proprietários para apreçamento dos instrumentos, que também seguem o mesmo procedimento de aprovação da CMM e são submetidos aos processos de validação e avaliação da Organização.

Os critérios de marcação a mercado são revisados periodicamente, conforme processo de governança, podendo sofrer modificações em decorrência de alterações nas condições de mercado, da criação de novas classes de instrumentos, do estabelecimento de novas fontes de dados ou do desenvolvimento de modelos considerados mais adequados.

Os instrumentos financeiros para serem incluídos na Carteira *Trading* devem ser aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria ou de Produtos, Serviços e Parcerias e ter os seus critérios de apreçamento definidos pela CMM.

Risco de Mercado

A Organização adota os seguintes princípios para o processo de marcação a mercado:

- **Comprometimento:** a Organização empenha-se em garantir que os preços utilizados reflitam o valor de mercado das operações. Na ausência de fonte de informações, a Organização pratica os melhores esforços para estimar o valor de mercado dos instrumentos financeiros;
- **Frequência:** os critérios de marcação a mercado formalizados são aplicados diariamente;
- **Formalismo:** a CMM é responsável por assegurar a qualidade metodológica e a formalização dos critérios de marcação a mercado;
- **Consistência:** o processo de coleta e aplicação dos preços é realizado de maneira consistente, garantindo sua uniformidade na Organização;
- **Transparência:** assegurar que a metodologia seja acessível às áreas de Auditorias Interna e Externa, Validação Independente de Modelos e Órgãos Reguladores.

As resoluções nº 4.277/13 e 4.389/14 estabelecem procedimentos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e diretrizes para aplicação de ajustes prudenciais para tais instrumentos. A Organização está alinhada às diretrizes dessas resoluções inclusive com a aplicação dos devidos ajustes prudenciais promovidos pela regulação.

12.4. Detalhamento das Exposições de Risco de Mercado

A tabela MR1 detalha o montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD}).

Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado (MR1)

R\$ milhões	a			
	Mar-26 RWA_{MPAD}	Dez-25 RWA_{MPAD}	Mar-25 RWA_{MPAD}	
1	Taxas de juros	16.083	11.117	5.579
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	6.932	3.280	820
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	2.074	3.702	3.449
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	7.078	4.135	1.310
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-	-	-
2	Preços de ações (RWAACS)	834	1.702	1.982
3	Taxas de câmbio (RWACAM)	2.414	1.917	3.304
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	1.002	881	507
5	RWADRC	1.142	965	928
6	RWACVA	12.053	11.298	12.091
9	Total	33.529	27.879	24.391

Comentários

Em relação ao período anterior, o RWA_{MPAD} apresentou aumento, impulsionado principalmente pela maior exposição às parcelas de prefixados e cupons de índices de preços. A alocação segue por meio do Modelo Padrão.

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 111/21, a Organização informa que não foram realizadas reclassificações de instrumentos para a carteira de negociação ou para carteira bancária no primeiro trimestre de 2026.

Risco de Mercado

Na tabela MR2, apresenta-se informações das variações dos ativos ponderados pelo risco referentes às exposições sujeitas ao risco de mercado na abordagem de modelos internos (RWA_{MINT}), de que trata a Circular nº 3.646/13, para apuração do requerimento de capital.

Informações sobre as variações do RWA_{MINT} (MR2)

R\$ milhões	a	b	e	f
	VaR	VaR estressado	Outros	RWA_{MINT} total
	Mar-26			
1 RWAmint na data-base anterior (Dez-25)	7.294	10.003	12.262	29.559
2 Mudanças nos níveis de risco	(993)	191	-	(801)
3 Atualizações e mudanças no modelo interno	-	-	-	-
4 Metodologia e regulação	-	-	-	-
5 Aquisições e vendas	-	-	-	-
6 Mudanças nas taxas de câmbio	(1.136)	(692)	-	(1.828)
7 Outros	-	-	-	-
Ajuste Regulatório	-	-	-	-
8 RWADRC			178	178
9 RWACVA			756	756
10 RWAmint na data-base atual (Mar-26)	5.166	9.502	13.195	27.864

Comentários

Em relação ao período anterior, o principal fator que contribuiu para à redução do RWA de Risco de Mercado para abordagem de modelo interno (RWA_{MINT}), foram as parcelas de ações e câmbio.

Na tabela MR3, são informados os valores (máximo, médio, mínimo e final do trimestre) apurados pelos modelos internos de risco de mercado.

Valores dos modelos internos de risco de mercado (MR3)

R\$ milhões	a		
	Mar-26	Dez-25	Mar-25
\\ VaR (10 dias 99%)			
1 Máximo	157,5	195,3	75,0
2 Médio	75,3	105,0	55,8
3 Mínimo	40,6	43,7	38,9
4 Final do trimestre	85,6	46,9	56,3
\\ VaR estressado (10 dias, 99%)			
5 Máximo	241,9	244,0	128,4
6 Médio	138,8	144,8	59,9
7 Mínimo	92,6	88,2	32,6
8 Final do trimestre	124,4	104,8	83,0

Comentários

O aumento no VaR das parcelas de juros influenciou o valor final do VaR observado no trimestre, em comparação ao período anterior.

A tabela MR4 apresenta comparação entre o resultado efetivo e o hipotético com o VaR, calculado pelo modelo interno de risco de mercado, conforme disposto na Circular nº 3.646/13.

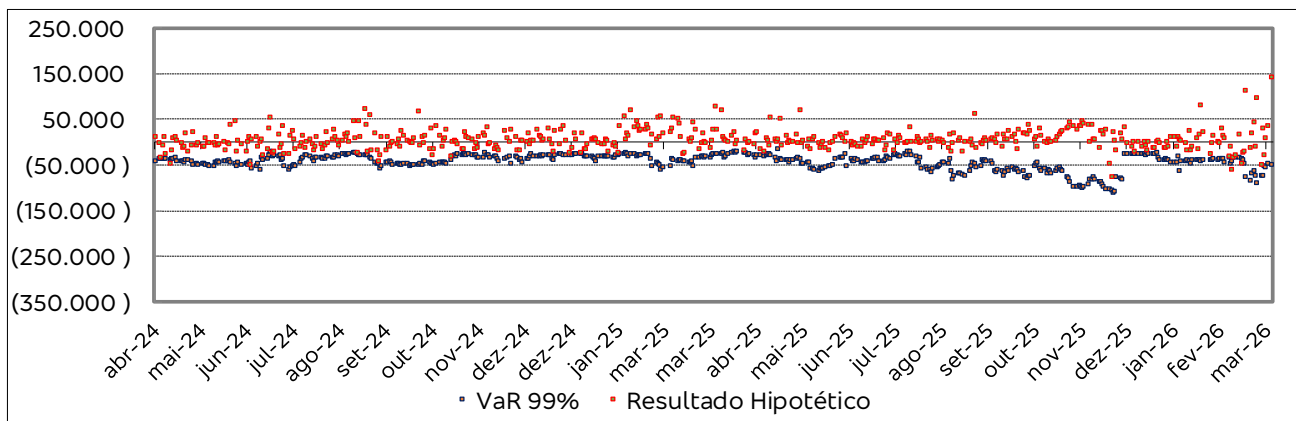
Risco de Mercado

Comparação das estimativas do var com os resultados efetivo e hipotético (MR4)

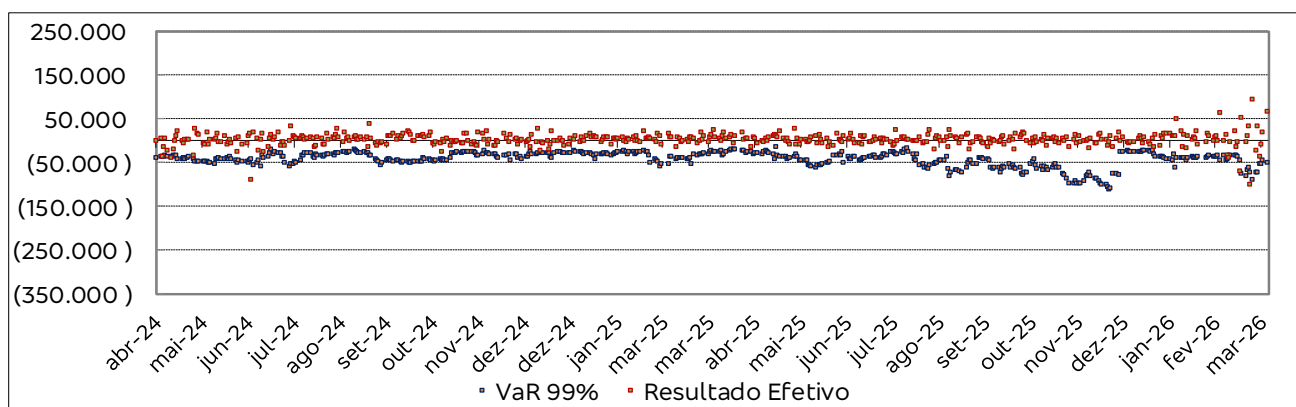
Os dois gráficos a seguir demonstram o VaR da Carteira Regulatória para 1 dia e os resultados hipotético e efetivo, apurados diariamente. O resultado efetivo inclui tarifas, corretagens, emolumentos e comissões.

A Organização utiliza 1 modelo interno de risco de mercado, portanto o requerimento de capital associado ao modelo é de 100%.

VaR diário e Resultado Hipotético Regulatório



VaR diário e Resultado Efetivo Regulatório



Data de Abertura	R\$ mil			Motivos
	VaR de 1 dia	Resultado Efetivo	Resultado Hipotético	
06/03/2026	34.699	40.981	33.937	A apreensão sobre a guerra no Oriente Médio provocou impacto mundial no mercado financeiro.
13/03/2026	47.161	71.135	21.389	A apreensão sobre a guerra no Oriente Médio provocou impacto mundial no mercado financeiro.
20/03/2026	74.204	102.078	9.473	A apreensão sobre a guerra no Oriente Médio provocou impacto mundial no mercado financeiro.

O total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos é apresentado na tabela a seguir.

Total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos (OPD)

	a	b	c	d	e	f	g	h
	Mar-26							
Posição	Comprada				Vendida			
Fator de Risco	Contraparte Central		Não Contraparte Central		Contraparte Central		Não Contraparte Central	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
1 Taxa de Juros	85.741	8.525	131.074	39.533	(160.796)	(6.627)	(170.986)	(47.850)
2 Taxa de Câmbio	28.877	2.233	81.066	34.173	(32.534)	(2.254)	(53.879)	(46.440)
3 Preço de Ações	3.487	6.331	8.860	912	(1.592)	(5.727)	(520)	(2.710)
4 Preços de Mercadorias (Commodities)	58	844	461	2.505	(462)	(2.783)	(56)	(524)

Comentários

Derivativos da Carteira de Negociação e Carteira Bancária.

13. Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

O risco de taxa de juros na carteira bancária, também conhecido como IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), pode ser entendido como a possibilidade de uma instituição ser impactada de forma negativa em seus resultados e no seu capital, em função de eventuais variações no nível de taxa de juros e os seus respectivos impactos na carteira bancária.

Carteira Banking: composta por operações não classificadas na carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*.

13.1. Processo de Gerenciamento do IRRBB

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos, principalmente, a partir das metodologias de variação do *Economic Value of Equity* (EVE) e do *Net Interest Income* (NII), que medem, respectivamente, o impacto econômico sobre as posições e o impacto no resultado da Organização de acordo com os cenários elaborados pelas áreas especialistas e avaliados pela Comissão de Risco de Mercado e Liquidez da Organização. Estes cenários buscam determinar movimentos positivos e negativos que possam ocorrer nas curvas de taxa de juros e consequentemente afetar as aplicações e captações da Organização.

A metodologia EVE consiste em reprecificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados. Desta forma, a diferença entre os valores obtidos para a carteira será o Δ EVE.

No caso do NII, a metodologia tem como objetivo apurar a variação do resultado de intermediação financeira em função de eventuais variações no nível de taxa de juros, ou seja, a diferença entre o NII apurado no cenário base e o NII apurado nos cenários de aumento ou decréscimos nas taxas de juros será o Δ NII.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são utilizadas premissas comportamentais dos clientes quando necessário. Como referência, no caso dos depósitos à vista e de poupança, que não possuem vencimento definido, são realizados estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, são definidos o montante estável (parcela core) assim como o critério de alocação ao longo do tempo.

13.1.1. Métricas de Cálculo

Todas as métricas mencionadas anteriormente são calculadas para atendimento da Governança do Comitê Executivo de Gestão de Ativos e Passivos e Tesouraria que prevê frequência quinzenal de mensuração. A reavaliação dos cenários de choques ocorre posteriormente a cada reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM). Caso seja necessário, em função de alguma demanda pontual, também é possível a atualização do cálculo em outras frequências.

13.1.2. Cenários de Choque e Estresse

Além dos cenários padronizados definidos pelo Regulador, o processo de geração de cenários de choque da Organização, utilizados pelo modelo interno na apuração do IRRBB, contempla abordagens quantitativas, baseadas em estudos estatísticos e simulações, assim como também uma abordagem prospectiva, que fica sob a responsabilidade direta da Área de Pesquisa Econômica, com revisão da Comissão de Risco de Mercado e Liquidez.

O período de análise é compreendido a partir de janeiro de 2008. Essa data de corte foi escolhida de modo a, simultaneamente: (i) capturar o período mais recente da economia brasileira, considerando-se as diversas mudanças estruturais ocorridas e a conseqüente tendência de queda das variáveis sob análise; e (ii) capturar a crise global de 2008, que, ao caracterizar um período de estresse per se, inclui a maior parte das oscilações máximas observadas nos fatores de risco em questão.

13.1.3. Mensuração do IRRBB

Modelo Interno

A Organização possui, além da metodologia padronizada definida pelo regulador, os seus próprios modelos internos que consideram premissas similares ao modelo regulatório. Dentre estas premissas destacam-se:

- Os depósitos sem vencimento definido (NMDs) baseiam-se em estudos estatísticos que levam em consideração a evolução e comportamento históricos;
- Os choques são definidos pela Comissão de Risco Mercado e Liquidez e validados pelo Comitê Executivo de Gestão de Ativos e Passivos e Tesouraria baseados em dados históricos, estudos estatísticos e análises prospectivas;
- O Patrimônio Líquido Livre é utilizado na apuração das métricas.

Modelagem e Padronização

Optou-se por considerar o *spread* médio de cada produto na taxa de desconto utilizada no cálculo do seu valor presente, ou seja, a taxa de desconto contempla a taxa livre de risco com a adição do respectivo *spread* do produto.

Os modelos de pré-pagamento e resgate antecipado foram baseados em estudos estatísticos considerando safras e evoluções históricas de cada produto.

Importante também mencionar que os cenários internos de choques consideram consistências entre os fatores de risco, de forma que todos os resultados ou sensibilidades geradas podem ser somados.

Depósitos sem Vencimento Definido (NMD)

Com relação aos depósitos sem vencimento definido (NMD), tanto o modelo interno como o modelo regulatório possuem perfil de maturidade similares conforme estudos estatísticos baseados nos saldos agregados. Todavia, o modelo regulatório respeita o prazo médio definido pela Circular nº 3.876/18.

13.1.4. Hedge e Utilização de Derivativos

A gestão de descasamentos de ativos e passivos gerados pelos negócios da Organização no Brasil e no Exterior, além do *hedge* do patrimônio externo, é realizada com base na análise dos cenários político-econômico, nacional e internacional.

Os resultados, as estratégias, comportamentos e riscos dos descasamentos e indexadores mantidos pela Organização são acompanhados e referendados pelo Comitê Executivo de Gestão de Ativos e Passivos e Tesouraria.

A gestão de Ativos e Passivos busca adequar o tratamento contábil das operações utilizadas para *hedge* com o comportamento dos ativos e passivos objetos, além de alinhar o objetivo estratégico de manutenção do *hedge*.

13.2. Detalhamento IRRBB

As métricas Δ EVE e Δ NII (variação máxima) de que trata a Circular nº 3.876/18, são publicadas conforme instruções da Resolução nº 54/20 do BCB.

14. Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos (SAC) representam a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras para a Organização em função dos potenciais impactos decorrentes das mudanças do clima e de danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

Esses riscos, quando associados às instituições financeiras são, em sua maioria, indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com clientes por meio de atividades de financiamentos e investimentos.

Conforme definidos no Art. 38-C da Resolução CMN nº 4.557/17, os Riscos Sociais compreendem a violação de direitos, garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum, como a prática de trabalho análogo à de escravo e ao trabalho infantil.

Os Riscos Ambientais abrangem a degradação do meio ambiente e uso excessivo de recursos naturais e os Riscos Climáticos, referem-se à possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos (riscos físicos). Em resposta ao aumento desses riscos, mudanças socioeconômicas precisam acontecer, causando a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados (riscos de transição).

Processo de Gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

O processo de gerenciamento conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos, que visa a identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte desses riscos em diversos processos. A seguir estão as atribuições que se destacam no gerenciamento e controle de riscos sociais, ambientais e climáticos:

Avaliação de Riscos SAC	<ul style="list-style-type: none">■ Analisar e emitir parecer de riscos nas operações de crédito e em garantias imobiliárias que se enquadram no escopo;■ Analisar e monitorar operações de financiamento a projetos; Propor metodologias de avaliação de RSAC prévias às operações enquadrados no escopo e realizar acultramento das áreas chaves da Organização em relação ao tema.
Monitoramento e Governança de Riscos SAC	<ul style="list-style-type: none">■ Propor as métricas de controle RSAC, atentando para a sua devida aprovação no processo de governança estabelecido;■ Monitorar a exposição da carteira de crédito aos potenciais impactos SAC por setor;■ Avaliar os impactos de cenários associados às mudanças em padrões climáticos e à transição para uma economia de baixo carbono; Reportar assuntos relacionados ao controle e monitoramento do RSAC nas comissões e comitês executivos nos quais o tema é abordado, e garantir que os assuntos relevantes sejam reportados ao Conselho de Administração.

Iniciativas e compromissos

A Organização assumiu diversos compromissos e participa de iniciativas relacionadas aos aspectos sociais, ambientais e climáticos, tais como Princípios do Equador, Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e Promoção do Trabalho Decente (Ethos), Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), Net Zero Banking Alliance (NZBA), além de ser signatária do Pacto Global e integrar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI). Desde 2019 participa de iniciativas setoriais com foco no desenvolvimento de metodologias e ferramentas de gestão de risco climático para a indústria bancária, em linha com as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).

Os assuntos relacionados à análise e monitoramento dos riscos social, ambiental e climático são reportados periodicamente à Diretoria Executiva e Conselho de Administração, bem como aos fóruns e áreas envolvidas no processo de gerenciamento desses riscos.

15. Risco de Modelo

Define-se por modelo as informações que apoiam os processos decisórios, derivadas de qualquer método, hipóteses, técnicas e sistema ou abordagem quantitativa, entre outros, que aplica teorias estatísticas, econômicas, financeiras ou matemáticas para transformar dados em estimativas.

O risco de modelo é representado pela possibilidade de consequências adversas decorrentes de tomada de decisão de negócio inapropriada, baseada em modelo desenvolvido com falhas/deficiências, ou ainda, devido ao uso inadequado.

Processo de Gerenciamento de Risco de Modelo

O uso de modelos no apoio à tomada de decisões de negócio é uma prática cada vez mais difundida nas instituições financeiras. Essas ferramentas viabilizam a sintetização de assuntos complexos, a padronização e a automatização da tomada de decisões e a possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas, acarretando melhoria da eficiência pela redução dos custos associados à análise e à decisão manual.

A Organização utiliza modelos para apoio na tomada de decisões, elaboração de relatórios financeiros e de regulamentação, e para fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como o gerenciamento dos riscos, o cálculo de capital, o teste de estresse e outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação. Assim, a Organização reconhece a existência do risco associado ao uso dos modelos e a importância do processo de gerenciamento desse risco. A coordenação desse processo envolve a AVIM - Avaliação Independente de Modelos.

A AVIM é responsável por avaliar se os modelos estão desempenhando como esperado, de acordo com seus objetivos de desenvolvimento e uso, e por identificar potenciais limitações avaliando possíveis impactos. Também é responsável por estabelecer normas visando a padronização de procedimentos relacionados ao Inventário Corporativo de Modelos da Organização e à mensuração e controle de Risco de Modelo.

Metodologia de Risco de Modelo

A metodologia de risco de modelo compreende a classificação em *Tiers*, que representam a sua relevância para a Organização e determinam a priorização, a latência e o nível de profundidade das análises empregadas em sua avaliação.

A abordagem de avaliação do risco do modelo contempla aspectos qualitativos e quantitativos, cuja análise resulta em uma nota que leva a 5 níveis de *rating*: Risco Mínimo, Risco Baixo, Risco Moderado, Risco Alto e Risco Muito Alto.

A AVIM elabora o cronograma de validação dos modelos a partir dos critérios de priorização (*Tier*) e submete para avaliação da Comissão de Risco de Modelo.

Adicionalmente, o reporte do monitoramento do risco de modelo é realizado na Comissão de Risco de Modelo e Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, este último responsável por discutir e formalizar as metodologias para controle e avaliação do risco.

16. Risco Operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Organização, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

16.1. Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

A política de gestão do risco operacional estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades para assegurar a identificação e o gerenciamento eficiente do risco, garantindo a existência de uma estrutura adequada e compatível com a natureza e a complexidade das operações da Organização.

Ela orienta o monitoramento da exposição ao risco, define limites aceitáveis de perdas e apoia a adequada alocação de capital. Além disso, promove a disseminação da cultura de riscos entre os colaboradores e terceiros, de forma que compreendam seus papéis e responsabilidades na identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional, em conformidade com os requisitos regulatórios aplicáveis. A política também contempla mecanismos para avaliação de riscos associados a novos produtos, serviços, processos e sistemas.

O gerenciamento do risco operacional ocorre de maneira corporativa e envolve diferentes áreas com atribuições específicas, assegurando uma estrutura eficiente que permita avaliar adequadamente os riscos e apoiar os gestores e a Alta Administração na tomada de decisão. O processo compreende etapas como identificação, avaliação e monitoramento contínuo dos riscos operacionais inerentes às atividades da Organização.

O processo de gerenciamento considera ainda o ambiente regulatório, sendo seus principais resultados e aspectos reportados periodicamente à Alta Administração e ao Regulador. Esses procedimentos são suportados por um sistema de controles internos, certificados de forma independente quanto à sua efetividade e execução, de modo a assegurar o atendimento ao apetite de risco estabelecido pela Organização. Os eventos de perdas operacionais são analisados e discutidos com as partes envolvidas, incluindo a Alta Administração, pois além de representarem desafios, fornecem insights para o aprimoramento contínuo dos processos. Essas análises contribuem para o fortalecimento da gestão de riscos e o aumento da resiliência operacional na Organização.

16.2. Metodologia de Mensuração do Risco Operacional

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 356/23, a Organização realiza o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao Risco Operacional mediante abordagem padronizada (RWA_{opad}). Além disso, utiliza os dados internos de perdas operacionais, os quais são elementos para apuração do capital econômico de risco operacional baseado em modelo interno. Neste contexto, os eventos de risco operacional são classificados em:

Eventos de Risco Operacional

■ Fraudes Internas	■ Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição
■ Fraudes Externas	■ Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI)

■ Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho	■ Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição
■ Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços	■ Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados

16.3. Controle e Acompanhamento

A mensuração do risco operacional é realizada por meio de um sistema estruturado e centralizado para captura, armazenamento, consolidação e gestão das perdas operacionais. Essa solução permite análises quantitativas e qualitativas, estudos de impacto, relatórios gerenciais e identificação de padrões históricos, bem como serve de insumo para o cálculo do capital econômico e regulatório.

Adicionalmente, a Organização utiliza uma solução integrada para gestão de riscos que documenta análises de risco, controles e ações mitigadoras que subsidiam a gestão de incidentes relevantes e a revisão de cenários utilizados em modelos internos, contribuindo para a consistência metodológica e a priorização das iniciativas de mitigação.

16.4. Comunicação Interna

A elaboração e o envio dos relatórios gerenciais seguem padrões estabelecidos pelas normas regulatórias e são submetidos à Diretoria Executiva por meio de comissões e comitês de Risco e ao Conselho de Administração. Esses materiais consolidam a visão institucional sobre a exposição ao risco operacional e fornecem subsídios para a tomada de decisão estratégica.

O conjunto de informações são reportadas mensalmente e contemplam o monitoramento do Indicador de Apetite a Risco Operacional (RAS), o acompanhamento do orçamento frente ao realizado de perdas operacionais e a análise de incidentes relevantes, considerando o critério de relevância estabelecido no art. 6º da Instrução Normativa BCB nº 33/20.

Adicionalmente, são submetidos às instâncias de governança os resultados das mensurações do capital regulatório e econômico. Esse processo reforça a aderência regulatória e contribui para a avaliação integrada do nível de capital necessário para a adequada cobertura dos riscos.

16.5. Estratégias de mitigação do Risco Operacional

Para a mitigação do risco operacional, a Organização adota um conjunto integrado de práticas que envolve a disseminação contínua da cultura de riscos, por meio de treinamentos, campanhas internas e ações de capacitação, incluindo prestadores de serviços terceirizados. Esse processo é complementado pelo desenho e pela implementação de controles preventivos e preditivos, alinhados ao mapeamento e à avaliação dos riscos críticos associados às áreas, processos e produtos.

As ações mitigatórias são conduzidas de forma orientada a risco, apoiando a tomada de decisão. O acompanhamento sistemático dos impactos ao Apetite a Risco (RAS) é realizado com avaliações especializadas e análise de causa raiz, assegurando a compreensão dos principais ofensores e correções tempestivas.

Adicionalmente, a Organização conduz revisões periódicas de processos de gerenciamento, fortalecendo a capacidade de prevenção e detecção de incidentes. O processo de captura, registro, reconciliação e

Risco Operacional

monitoramento de perdas operacionais garante a rastreabilidade, acurácia dos dados e conformidade com as exigências regulatórias aplicáveis.

Em 2025, a Organização implementou a ABR – Abordagem Baseada em Riscos com o objetivo de identificar e priorizar riscos, para concentrar os esforços e os recursos das Áreas de Riscos nos temas/processos mais críticos e que requerem maior profundidade.

Essa metodologia visa revisar o modelo operacional de Compliance/Controles Internos, proporcionando eficiência operacional e atuação preditiva e preventiva, aumentar a senioridade do quadro, com foco em gestão de riscos, negócios e análise de dados para tomada de decisão mais assertiva, além de integrar a célula de *Business Analytics* para maior cobertura, ampliação de testes em base de dados e diagnósticos mais apurados e tempestivos.

16.6. Detalhamento das Exposições de Risco Operacional

O detalhamento de histórico de perdas operacionais, composição do indicador de negócios e requerimento de capital para risco operacional, são publicados conforme instruções da Resolução nº 54 de 16/20 do BCB.

17. Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)

A Organização fundamenta seu programa de GCN na norma ABNT NBR ISO 22.301, a qual define Continuidade de Negócios como “a capacidade da Organização de continuar a entrega de produtos ou serviços em um nível aceitável previamente definido após incidentes de interrupção”.

Os procedimentos adotados após uma interrupção, e que devem garantir o nível operacional aceitável dos processos de negócios críticos, estão contidos em um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que objetiva a recuperação das atividades para minimizar possíveis impactos aos nossos clientes.

A estrutura organizacional e a governança estabelecida para Continuidade de Negócios contemplam políticas e normas corporativas as quais definem papéis e responsabilidades que visam garantir que os planos e estratégias empregados estejam atualizados. A eficácia do PCN é garantida mediante a realização de testes e exercícios periódicos junto às unidades de negócios. O Ciclo de Gestão de Continuidade de Negócios considera também influência de prestadores de serviços (fornecedores) nos processos críticos da Organização.

As políticas e normas internas estão alinhadas às regulamentações do Banco Central do Brasil e recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária. O processo de Gestão de Continuidade de Negócios está sob a responsabilidade da área Resiliência, Continuidade e Crises, alocado na Área de Riscos Digitais, Operacionais e Resiliência.

Processo de Gestão de Continuidade de Negócios

O processo de Gestão de Continuidade de Negócios é realizado de maneira corporativa e integrada e visa o cumprimento do ciclo anual na Organização, no qual as unidades devem:

- Revisar as Análises de Impacto nos Negócios (AIN, do inglês *Business Impact Analysis* – BIA), com base nos processos de negócio;
- Avaliar e selecionar as Estratégias de Continuidade;
- Revisar e atualizar os planos em ferramenta corporativa;
- Treinar as pessoas envolvidas nas atividades designadas;
- Testar os planos e estratégias seguindo o planejamento anual;
- Avaliar os resultados obtidos e promover ajustes e melhorias, quando necessário;
- Identificar, avaliar e tratar dos procedimentos de continuidade envolvendo fornecedores e sistemas considerados relevantes para as atividades da unidade.

As ações de continuidade de negócios são desenvolvidas internamente, baseadas em melhores práticas divulgadas pelos principais órgãos internacionais do setor: DRII – *Disaster Recovery Institute International* (EUA) e BCI – *Business Continuity Institute* (Inglaterra), e também , como as ABNT NBR ISO 22.301 e ABNT NBR ISO 22.313.

Controle e Acompanhamento

Todas as etapas do processo de gestão de continuidade são controladas pela área de Resiliência, Continuidade e Crises através de acompanhamento de testes e exercícios de PCN das áreas de negócios, bem como exercício dos *Disaster Recovery Plans* (DRP) junto às áreas de tecnologia, sendo seus resultados avaliados e disponibilizados às respectivas unidades e fóruns da Organização, e ficando disponíveis para os Órgãos Reguladores e Auditorias Internas e Externas. Adicionalmente, a área de Resiliência, Continuidade e Crises também é responsável por zelar pela manutenção dos ativos de infraestrutura física do Site de Continuidade de Negócios Corporativo.

Comunicação Interna

As ações de comunicação estão acessíveis aos funcionários das Áreas e Empresas Ligadas através de: Políticas e Normas de Continuidade de Negócios, disponíveis no sistema Normativo; treinamento on-line, por meio da intranet corporativa; reuniões com os Líderes de Resiliência e palestras de conscientização.

18. Gestão de Crises Corporativa

A Organização define incidente e crise da seguinte forma:

Incidente: evento momentâneo, de complexidade moderada e com possível repercussão perante partes interessadas. O incidente, a depender da gravidade, é classificado como em atenção ou crítico.

Crise: caracteriza-se como a ocorrência de evento (ou combinação de eventos) extremamente adverso, raro, instável e complexo que possa resultar em uma deterioração de relacionamento com partes interessadas bem como representar uma ameaça aos objetivos estratégicos, à reputação ou até mesmo à existência da Organização.

Processo Corporativo de Gestão de Crise

O processo corporativo de gestão de crise contribui para que eventuais indícios de incidente e crise sejam tempestivamente identificados, avaliados e classificados quanto a sua gravidade, de forma que ações sejam prontamente tomadas visando reestabelecer o curso normal das atividades e fortalecer a resiliência operacional da Organização.

O processo corporativo de Gestão de Crise compreende as seguintes etapas:

- **Prevenção:** Identificar vulnerabilidades e elaborar cenários que possam resultar em incidente e/ou crise;
- **Preparação:** Elaborar planos de resposta a incidentes e/ou crises e realizar treinamentos;
- **Resposta:** Acionar a gestão de incidentes e crises e executar planos de resposta;
- **Recuperação:** Identificar oportunidades para aprimorar processos e planos de gestão de incidentes e crises.

De forma a harmonizar a percepção quanto à gravidade de um incidente e/ou crise, a Organização estabeleceu níveis de impactos que auxiliam na otimização de recursos e dimensionamento dos esforços necessários à luz do evento que se apresenta, sendo incidente em atenção, incidente crítico e crise.

A comunicação interna de gestão de incidentes e crises corporativa é realizada de forma tempestiva, através da emissão de boletins e reportes conforme governança estabelecida.

Estrutura Corporativa de Gestão de Crises

A estrutura corporativa de gestão de incidentes e crises compreende em um processo robusto de controle, composta por fóruns que respaldam a tomada de decisão, informando, propondo ações necessárias e relatando a efetividade das ações executadas.

19. Risco de Estratégia

O risco de estratégia é representado pela possibilidade de deterioração de resultado, capital e/ou dos indicadores estratégicos, em relação ao planejado, decorrente de decisões empresariais não alinhadas à estratégia, implantação inadequada de decisões bem como falta e/ou insuficiência de reação às mudanças do ambiente empresarial.

Processo de Gerenciamento do Risco de Estratégia

O processo de gestão do risco de estratégia é realizado de maneira corporativa, com envolvimento de diversas dependências e níveis hierárquicos, com o intuito de identificar, classificar, controlar e reportar os riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos da Organização.

O gerenciamento do risco de estratégia é realizado periodicamente por meio do acompanhamento do risco das temáticas estratégicas, considerando a avaliação dos objetivos e iniciativas estratégicas, fatores críticos de sucesso, vantagem e desvantagem competitiva e oportunidades e ameaças, entre outros aspectos.

O gerenciamento do risco de estratégia é respaldado por Política e Norma, que descrevem o escopo de avaliação, metodologia e governança do risco de estratégia, alinhadas às diretrizes da Organização.

20. Risco de Contágio

O Risco de Contágio é representado pela possibilidade de ocorrência de perda financeira decorrente dos relacionamentos (contratuais ou não) da Organização com empresas controladas, coligadas, estruturas paralelas, controladoras, fundos de investimentos, fundações, fornecedores e parceiros não consolidados no Conglomerado Prudencial.

Processo de Gerenciamento do Risco de Contágio

A Organização, diante da complexidade e variedade das suas atividades, interage com diversas entidades não presentes na consolidação das demonstrações financeiras e, portanto, também está exposta a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos.

O processo de gestão do risco de contágio é realizado de maneira corporativa e integrada, compreendendo a avaliação de relacionamentos não consolidados no Conglomerado Prudencial, nas quais, a despeito de haver ou não participação no capital, podem gerar necessidade de futuro aporte financeiro, ainda que não haja obrigação legal ou contratual de fazê-lo, além da possibilidade de impactar a reputação da Organização. Pensando nisso, esse processo contribui para que eventuais indícios de contágio sejam tempestivamente identificados, avaliados e classificados quanto à sua gravidade, de forma que ações sejam prontamente adotadas visando subsidiar à Alta Administração na tomada de decisão.

Nesse sentido, a Organização reconheceu este tema em Política e Norma de risco de contágio, as quais versam sobre o escopo de avaliação, metodologia e governança do risco de contágio. A metodologia compreende um conjunto de indicadores financeiros, do ambiente de controle, de gestão e da materialidade da entidade que visam capturar a probabilidade e impacto de um potencial risco de contágio da entidade avaliada, resultando em classificação em um dos seguintes níveis: Mínimo, Baixo, Moderado, Alto e Muito Alto.

Os assuntos relacionados à análise e monitoramento do risco de contágio são reportados tempestivamente às áreas envolvidas, conforme governança estabelecida.

21. Risco de Segurança Cibernética

Representado pela possibilidade de incidentes cibernéticos, incluindo, ataques, intrusões e vazamentos de dados e informações que possam comprometer a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos processos de negócios críticos, ativos e/ou infraestrutura crítica da Organização.

Processo de Gerenciamento do Risco de Segurança Cibernética

A estrutura de gerenciamento do risco de segurança cibernética tem como objetivo assegurar uma governança compatível com o porte, perfil de risco e modelo de negócio da Organização, para que os ativos e infraestrutura crítica de TI sejam capazes de resistir a ataques cibernéticos.

Tal estrutura é adotada de maneira corporativa e envolve diversas áreas da Organização, que possuem atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente no controle e mitigação destes riscos, permitindo que sejam identificados, mensurados, tratados e comunicados, contribuindo para que os objetivos estratégicos sejam alcançados guiados por quatro frentes de atuações principais, sendo:

- **Identificação de Ameaças:** Detectar e identificar as ameaças e vulnerabilidades, assim como, identificar e avaliar riscos e definir potenciais cenários que possam afetar o ambiente cibernético da Organização. Esta etapa compreende também o monitoramento contínuo de indicadores de governança que contribuem para aprimorar a identificação de tendências e antecipar possíveis incidentes;
- **Proteção Contra-ataques:** Executar ações preventivas para mitigar ou transferir o risco de segurança cibernética e salvaguardar os ativos críticos, como conscientização e treinamentos de segurança da informação e cibernética, assim como, implementar atualizações de segurança, proteção contra vírus, arquivos e softwares maliciosos, gerenciados e atualizados periodicamente;
- **Detecção de Ataques:** Monitorar e identificar tempestivamente o risco materializado em ataques ou vazamento de informações, com ferramentas de monitoramento e processos de investigação que dão conhecimento aos responsáveis pelas ações de resposta;
- **Resposta e Recuperação de Ataques:** Registrar, analisar a origem e os efeitos de incidentes relevantes, ações devidamente detalhadas em normativos específicos de Gestão de Incidentes, definindo a avaliação de criticidade, designação de responsáveis e atuação esperada para conter o incidente, restaurar os ativos e mitigar os impactos além de nortear as ações a serem tomadas no pós-incidente para subsidiar a tomada de decisões que evitem a ocorrência de novos ataques similares.

Para assegurar um gerenciamento eficaz do risco de segurança cibernética, que permita avaliar adequadamente os riscos e apoiar os gestores e a Alta Administração na tomada de decisão, a Organização está fundamentada nos pilares da Segurança da Informação e Cibernética:

- **Confidencialidade:** Com a devida classificação, criptografia, controles de acesso e segmentação das redes para que o direito de leitura, cópia e uso da informação seja concedido somente quando necessário e para pessoas autorizadas, protegendo a Organização contra uso indevido ou vazamentos de dados;
- **Integridade:** Com os adequados controles de autenticação, rastreabilidade e proteção de dados para garantir precisão, consistência e confiabilidade da informação, protegendo os ativos da Organização contra software malicioso ou ataques cibernéticos que causem dados corrompidos, alterados ou destruídos;
- **Disponibilidade:** Com os devidos procedimentos de cópias de segurança, contingência e redundância, para que os processos críticos de negócios possam ser executados adequadamente, protegendo os ativos da Organização contra os ataques cibernéticos que possam comprometer a capacidade da infraestrutura de tecnologia e causem instabilidade, desativação ou indisponibilidade de serviços.

Risco de Segurança Cibernética

Os princípios acima são seguidos na adoção das melhores práticas de mercado em processos, metodologia e controles para identificação e gestão do risco de segurança cibernética, bem como, prevenção e tratamento de incidentes de segurança da informação e cibernéticos.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 5.274/25, do Banco Central do Brasil, a Organização adota diversas medidas para garantir a proteção de seus ativos. Entre essas medidas estão políticas e normativos corporativos revisados anualmente, atividades de treinamento e conscientização em segurança da informação, comunicação de ameaças e incidentes às partes interessadas, gestão de indicadores de segurança, emissão de relatório anual, além de testes independentes e periódicos de efetividade realizados nos controles-chave para monitoramento do risco cibernético.

Os assuntos relacionados aos eventos de risco de segurança cibernética são reportados de forma tempestiva e periódica nos fóruns de controle de riscos da Organização, incluindo comunicação oportuna às partes interessadas.

Metodologia de Mensuração do Risco de Segurança Cibernética

A Organização utiliza fontes de informação internas e externas sobre novos tipos de ameaças, vulnerabilidades e ataques cibernéticos, além de padrões de mercado como ISO/IEC 27005:2018 – Gestão de Riscos de Segurança da Informação, NIST *Cybersecurity Framework* – NIST CSF (Guia de Aperfeiçoamento da Segurança Cibernética para Infraestrutura Crítica) e Metodologias Internacionais para Qualificação e Quantificação de Riscos Cibernéticos.

Contratação de Prestadores de Serviços Relevantes

A contratação de fornecedores segue critérios alinhados às políticas internas de governança e conformidade regulatória, contendo requisitos específicos para a contratação, visando mitigar riscos que afetem a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. De forma integrada à esteira de compras, é realizada classificação dos serviços a serem contratados, bem como avaliação prévia e pós contratação dos fornecedores. Essa avaliação é refeita obedecendo ciclos previstos em norma. Todas as avaliações são documentadas e os contratos incluem cláusulas específicas conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.893/21, alterada pela Resolução CMN nº 5.274/25, do Banco Central do Brasil.

Asseguração *System and Organization Controls Report* - SOC 2 e SOC 3

A Organização dispõe da Asseguração SOC 2 Tipo II e SOC 3, emitidas por auditoria especializada independente, sendo renovada anualmente. A Asseguração confirma a consistência e efetividade dos controles implementados para segurança do ambiente de TI, quanto aos serviços financeiros prestados, com a avaliação baseada em critérios e controles de segurança da informação de padrão internacional para SOC 2 (AICPA – *Association of International Certified Professional Accountants*), abrangendo as categorias de serviços: segurança, disponibilidade, integridade do processamento, confidencialidade e privacidade.

22. Risco de Inteligência Artificial

Representado pelo conjunto de incertezas e potenciais eventos adversos associados ao ciclo de vida e aos propósitos de uso dos sistemas e ferramentas de Inteligência Artificial (IA), que possam comprometer a confiabilidade, privacidade, segurança, integridade, disponibilidade, explicabilidade, transparência, robustez, equidade e alinhamento ético dos processos operacionais e decisórios, com impactos potenciais à organização, seus clientes, stakeholders e/ou sistemas.

Processo de Gerenciamento do Risco de Inteligência Artificial

O gerenciamento do risco de inteligência artificial é realizado de forma integrada ao processo corporativo de gestão de riscos da Organização, em consonância com a estrutura de apetite e tolerância a riscos e com as diretrizes de governança estabelecidas pela primeira linha, assegurando monitoramento contínuo e alinhado com a estratégia institucional.

A avaliação de risco é realizada de forma proporcional à criticidade e ao impacto potencial de cada caso de uso, aspectos técnicos, operacionais, de arquitetura, legais, regulatórios, reputacionais, éticos e de conduta, incluindo riscos de modelo, de dados, de terceiros, de segurança da informação, de privacidade, de viés algorítmico, de autonomia decisória e de uso indevido.

A Governança de IA é orientada pelos propósitos e valores institucionais e devem ser observados a durante todo o ciclo de vida dos sistemas de IA - desde a concepção e desenvolvimento, passando pela aquisição utilização/implementação, até a manutenção, evolução e decomissionamento – reforçando o compromisso da Organização com o uso ético, seguro e responsável IA.

23. Risco de Compliance

É o risco decorrente de sanções legais ou administrativas, perdas financeiras, danos de reputação e outros, oriundos do descumprimento ou falhas na observância do arcabouço legal, da regulamentação infralegal, das recomendações dos órgãos reguladores ou autorreguladores, e dos códigos de conduta ética aplicáveis às atividades desempenhadas pela Organização.

Processo de Gerenciamento

Para que o gerenciamento do risco de *compliance* seja realizado de maneira integrada e coordenada, são realizadas, essencialmente, as seguintes atividades:

- Assessoramento da Organização em assuntos de risco de *compliance*;
- Promoção de ações de aculturação dos administradores, funcionários, estagiários, aprendizes e colaboradores, bem como impulsionamento de programas de treinamento e conscientização sobre os temas de *compliance*;
- Estabelecimento de regras e procedimentos que visam à aderência da Organização ao Código de Conduta Ética e às normas externas sobre conduta com o cliente, concorrencial e anticorrupção;
- Avaliação e certificação dos aspectos legais e regulatórios concernentes aos produtos, serviços e parcerias da Organização;
- Coordenação do atendimento às demandas de órgãos supervisores, reguladores, autorreguladores, contrapartes e bancos correspondentes;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos de *compliance* inerentes às atividades da Organização;
- Gerenciamento do Programa de Condutas Esperadas;
- Monitoramento e divulgação das novas regulamentações e legislações aplicáveis às atividades da Organização e certificação das ações adotadas pelos gestores para atendimento das novas regras regulatórias; e
- Monitoramento da implementação de políticas e procedimentos.

Tais procedimentos estão distribuídos em ações voltadas à estratégia, prevenção, detecção, resposta, remediação e reporte.

Comparação entre o RWA na abordagem padronizada e modelos internos

24. Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos

A abordagem de modelos internos no cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) permite que instituições financeiras utilizem seus próprios modelos para uma avaliação mais precisa e sensível ao risco das exposições financeiras. Essa metodologia, regulamentada pelas Resoluções CMN nº 4.958/21 e nº 303/23 e pela Circular BCB nº 3.646/13, é parte das diretrizes do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, proporcionando uma alocação de capital mais eficiente e alinhada com o perfil de risco específico da instituição financeira.

Desde janeiro de 2013, a Organização possui autorização do Banco Central do Brasil para utilizar seus modelos internos de risco de mercado para a apuração do capital regulamentar.

A tabela a seguir apresenta uma comparação das parcelas do RWA apuradas por meio de abordagens padronizadas e abordagens modelos internos. Adicionalmente, demonstra o RWA das exposições totais caso a apuração ocorresse por meio de abordagens padronizadas.

Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos por tipo de risco (CMS1)

	a	b	c	d
	Mar-26			
	RWAs			
R\$ milhões	RWA - modelos internos	RWA - abordagens padronizadas	RWA Total (a + b)	RWA - abordagem padronizada para todas as exposições
1 Risco de crédito em sentido estrito	-	897.712	897.712	897.712
2 Risco de crédito de contraparte		36.801	36.801	36.801
4 Exposições de securitização classificadas na carteira bancária		2.345	2.345	2.345
5 Risco de mercado ⁽¹⁾	14.668	14.794	29.462	33.529
6 Risco operacional		137.119	137.119	137.119
7 RWA residual		49.040	49.040	49.040
8 Total	14.668	1.137.811	1.152.479	1.156.546

(1) RWA Total correspondente à máxima entre o Modelo Interno e 80% do Modelo Padronizado, acrescido das parcelas DRC e CVA.

Comentários

Para o fechamento do 1T26, não houve variação relevante entre o modelo interno e o modelo padronizado.

Atualmente, a Organização não utiliza a abordagem de modelos internos para o cálculo do capital regulamentar de risco de crédito, optando por seguir a abordagem padronizada conforme regulamentação vigente.

I. Anexos

Os anexos descritos abaixo estão disponíveis no site de Relações com Investidores (bradesco.com.br – Informações ao Mercado – Relatórios e Planilhas – Gerenciamento de Riscos – Anexos Pilar 3), bem como todas as tabelas relacionadas neste documento.

Instituições Participantes do Conglomerado Prudencial – IPCP

Demonstra para o escopo da publicação, além das instituições pertencentes ao Conglomerado Prudencial, a consolidação das demais empresas.

Instituições Relevantes – IREL

Lista das principais sociedades, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis.

Participações Societárias – PS

Informações sobre as participações societárias das empresas.

II. Glossário

A

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ABR** – Abordagem Baseada em Riscos
- ACP** – Adicional de Capital Principal
- AICPA** – *Association of International Certified Professional Accountants*
- ANS** – Agência Nacional de Saúde Suplementar
- ASF** – Recursos Estáveis Disponíveis (do Inglês '*Available Stable Funding*')
- AVIM** – Área de Validação Independente de Modelos

B

- BCB** – Banco Central do Brasil
- BCI** – *Business Continuity Institute*
- BI** – Indicador de Negócios
- BIA** – Análise de Impacto do Negócio (do Inglês '*Business Impact Analysis*')
- BIC** – Indicador de Negócios Ponderado

C

- CMM** – Comissão de Marcação a Mercado
- CMN** – Conselho Monetário Nacional
- COGIRAC** – Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital
- CRA** – Certificado de Recebíveis do Agronegócio
- CRI** – Certificado de Recebível Imobiliário
- CRO** – Diretor Executivo de Riscos (do Inglês '*Chief Risk Officer*')
- CVA** – Ajuste prudencial de crédito da carteira de derivativos (do Inglês '*Credit Value Adjustment*')

E

- EUA** – Estados Unidos da América
- EVE** – *Economic Value of Equity*

F

- FIDC** – Fundo de Investimento em Direito Creditório
- FPR** – Fator de Ponderação de Risco

G

- GCN** – Gerenciamento de Continuidade de Negócios

H

- HQLA** – Ativos de Alta Liquidez (do Inglês '*High Quality Liquidity Assets*')

I

- ICAAP** – Processo Interno de Avaliação de Adequação do Capital (do Inglês '*Internal Capital Adequacy Assessment Process*')
- ILM** – Multiplicador de Perdas Internas

IPCP - Instituições Participantes do Conglomerado Prudencial

IREL - Instituições Relevantes

ISO - Organização Internacional de Normalização (do Inglês '*International Organization for Standardization*')

L

LCR - Índice de Liquidez de Curto Prazo (do Inglês '*Liquidity Coverage Ratio*')

N

NBR - Norma Brasileira

NII - *Net Interest Income*

NSFR - Índice de Liquidez de Longo Prazo (do Inglês '*Net Stable Funding Ratio*')

NZBA - *Net Zero Banking Alliance*

P

PCN - Plano de Continuidade de Negócios

PR - Patrimônio de Referência

PRI - Princípios para o Investimento Responsável

PS - Participações Societárias

R

RA - Razão de Alavancagem

RAS - Declaração de Appetite a Riscos (do Inglês '*Risk Appetite Statement*')

RSF - Recursos Estáveis Requeridos (do Inglês '*Required Stable Funding*')

RWA - Ativos Ponderados pelo Risco (do Inglês '*Risk-Weighted Assets*')

RWA_{CIRB} - Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco de crédito, modelo interno

RWA_{CPAD} - Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco de crédito, modelo padronizado

RWA_{MPAD} - Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco de mercado, modelo padronizado

RWA_{MINT} - Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco de mercado, modelo interno

RWA_{OPAD} - Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional, modelo padronizado

S

SPE - Sociedades de Propósito Específico

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

T

TCFD - *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*

V

VaR - *Value at Risk*



bradesco